



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
“AMAZÔNIA: Patrimônio dos Brasileiros”
Comissão Permanente de Licitação

EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL SOB O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP) Nº 01/2021
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 294/2020
TIPO: MENOR PREÇO

A COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DE RORAIMA - CAER, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 05.939.467/0001-15, com sede na Rua Melvin Jones, nº 219 – São Pedro, CEP 69.306-610, Boa Vista - RR, por intermédio do(a) Pregoeiro(a), designada pela [Portaria nº 305/2020](#), torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar, licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **PRESENCIAL SOB O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**, tendo como critério de julgamento o **MENOR PREÇO POR LOTE** que obedecerá, integralmente, a **Lei Federal nº 10.520**, de 17 de julho de 2002, pelo **Decreto Estadual nº 4.794-E** de 03 de junho de 2002, **Decreto Estadual nº 17.391-E**, de 7 de agosto de 2014, **Decreto Estadual nº 29.467-E**, de 13 de outubro de 2020, com aplicação subsidiária da **Lei Federal nº 8.666** de 21 de junho de 1993, **Decreto Federal nº 9.488**, de 30 de agosto de 2018, e suas alterações, **Lei Complementar 123** de 14 de dezembro de 2006, **Lei complementar 147** de 7 de agosto de 2014, e **Lei nº 8.078/90** (Código de Defesa do Consumidor), observadas as alterações introduzidas nos referidos diplomas legais, bem como pelas condições e exigências contidas neste edital e seus anexos.

A sessão pública do [Pregão Presencial Sob o Sistema de Registro de Preços](#) terá início na data, horário e endereço abaixo discriminados:

SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO EM EPÍGRAFE:

Data: **08/04/2021**

Horário: 09h00min (horário local)

Endereço: Rua Melvin Jones, nº 219 – São Pedro, CEP 69.306-610 - **Auditório da CAER**

Este Pregão poderá ter a data e horário de abertura da sessão pública transferida, caso ocorra algum fato superveniente que impeça sua abertura na data já definida.

LOCAL E HORÁRIO PARA RETIRADA DO EDITAL, ESCLARECIMENTOS E INFORMAÇÕES AOS LICITANTES:

O edital e seus anexos estarão disponíveis para download no sítio: www.caer.com.br ou no **Protocolo da Comissão Permanente de Licitação - CPL/CAER**, localizada na Rua Melvin Jones, nº 219 – São Pedro, CEP 69.306-610, Boa Vista - RR, de **segunda a sexta-feira**, no horário de **07h30min às 13h30min (horário local)**, sem qualquer ônus, devendo apenas o interessado dispor de mídia que suporte os respectivos arquivos.

1. DO OBJETO

1.1. Eventual compra de grupo gerador e quadro elétrico para atender as elevatórias de esgoto do Caxangá e do Beiral, da Capital Boa Vista – RR.

2. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

2.1. Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão Presencial.

2.2. O pedido de esclarecimentos ou a impugnação sobre este edital e seus respectivos anexos deverão ser encaminhados ao Pregoeiro no e-mail cpl@caer.com.br, ou mediante petição apresentada na Comissão Permanente de Licitação - CPL da CAER, de segunda a sexta-feira de **08h00min às 12h00min (horário local)**.

2.3. Decairá do direito de impugnar os termos do instrumento convocatório perante a administração o licitante que não o fizer **até 02 (dois) dias úteis** que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação, por falhas ou irregularidades que viciariam esse edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

2.4. Caberá ao Pregoeiro manifestar-se no prazo de 24 (vinte e quatro) horas após o efetivo recebimento do pedido, encaminhando sua resposta por e-mail.

2.5. As respostas as impugnações e os pedidos de esclarecimentos, serão respondido ao licitante e divulgadas no site: <http://www.caer.com.br/licitacoes/> e vincularão os participantes e a administração.

2.6. As impugnações e pedidos de esclarecimentos **não suspendem** os prazos previstos neste edital e seus anexos.

2.7. Quando a impugnação ou pedido de esclarecimento tratar de temas alheios à competência do pregoeiro, ou seja, sobre especificações técnicas ou diretamente vinculados ao Termo de Referência, a petição será encaminhada ao setor responsável do processo para que se pronuncie acerca da demanda, cabendo ao setor responder no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas. Caso não o faça, o certame deverá ser adiado “**sine-die**”, até que os questionamentos sejam sanados.

2.8. Em caso de modificação do edital, decorrente de acolhimento de pedido de esclarecimento ou impugnação, será publicado aviso no Diário Oficial do Estado de Roraima - DOERR, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, **exceto quando a alteração não afetar a formulação das propostas.**



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
“AMAZÔNIA: Patrimônio dos Brasileiros”
Comissão Permanente de Licitação

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NO CERTAME

3.1. Poderão participar da presente licitação as pessoas jurídicas legalmente autorizadas e estabelecidas no País que atendam todas as exigências contidas neste edital e seus anexos e pertençam ao ramo de atividade pertinente ao objeto desta licitação.

3.2. Cada licitante apresentará uma só proposta de acordo com as exigências deste edital, sendo vedado a qualquer pessoa, física ou jurídica, representar mais de um licitante na presente licitação.

3.3. Todos os custos com a preparação das propostas serão por conta exclusiva dos licitantes, independentemente, do resultado do certame.

3.4. A participação no certame implica aceitar todas as condições estabelecidas neste edital e anexos, não se admitindo questionamentos que deveriam ser objeto de Impugnações ou Pedidos de Esclarecimentos.

3.5. Não poderão participar da presente licitação duas ou mais empresas que integrem o mesmo grupo econômico ou estejam sob o controle de um mesmo grupo de pessoas físicas ou jurídicas, salvo se a participação da empresa for isolada, ou seja, sem participação conjunta, quando da disputa por itens e/ou serviços estiverem dispostos em lotes, bem como as empresas que:

a) Encontrarem-se em situação de falência, concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação ou empresas estrangeiras que não funcionem no País.

b) Estiverem suspensas de participar em licitação e impedidas de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios (Art. 7º da Lei n.º 10.520/2002); suspensas temporariamente de participar de licitação ou impedidas de contratar com a Administração (Art. 87, III, da Lei n.º 8.666/93); declaradas inidôneas para licitar ou contratar com Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade (Art. 87, IV da Lei n.º 8.666/93); punida pelo Tribunal de Contas do Estado de Roraima com suspensão do direito de contratar ou licitar com a Administração Pública; e caso participe do processo licitatório estará sujeita às penalidades previstas no art. 97, parágrafo único da Lei n.º 8.666/93;

c) Estejam constituídos sob a forma de consórcio;

d) Empresas enquadradas nas hipóteses previstas nos incisos I, II e III, do artigo 9º, da Lei de Licitações.

3.6. A licitante que participar através da matriz da empresa deverá apresentar a documentação desta; havendo a participação da filial, seus documentos é que deverão ser apresentados, salvo quando os documentos emitidos em nome da matriz forem extensíveis às filiais.

4. DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA (ME) OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP)

4.1. Consideram-se ME e EPP aptas à participação no presente certame aquelas que preenchem os requisitos do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123/2006 e conforme a disposição legal da Lei Complementar n.º 147 de 07.08.2014, que alterou a redação do artigo 48, inciso I da Lei Complementar n.º 123 de 14.12.2006.

4.2. Para fins de comprovação da condição de ME e EPP assim definidas, as Licitantes **deverão** apresentar, no ato do **CRENCIAMENTO**, declaração impressa em papel timbrado da Empresa de enquadramento como ME e EPP, conforme o artigo 3º da LC 123/2006, bem como intenção de utilização dos benefícios a ela concedidos, se for o caso, conforme modelo sugestivo **Anexo V**, assinada pelo representante legal da empresa.

4.3. As **MICROEMPRESAS (ME) ou EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP)**, por ocasião da participação neste certame, deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição, na forma do art. 43 da LC n.º 123/2006.

4.3.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcela de débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

4.3.2. A não regularização da documentação no prazo previsto na letra “b”, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Art. 81 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

5. DO CRENCIAMENTO

5.1. No dia, hora e local designados neste Edital e na presença do Pregoeiro, será realizado o credenciamento dos interessados mediante a apresentação dos seguintes documentos:

a) **No caso de sócio ou proprietário** da empresa licitante, apresentar o original da Cédula de Identidade ou Documento equivalente com foto e uma cópia simples do mesmo documento;

b) **Em caso de administrador** eleito em reunião ou assembleia, cópia da respectiva ata e cópia simples da Cédula de Identidade ou outro documento com foto, acompanhada da original;

c) **No caso de procurador**, cópia simples do instrumento particular ou público de procuração, em vigor, emitida pelo dirigente, sócio ou proprietário da empresa licitante, no qual estejam expressos os poderes do outorgante para exercerem direitos e assumir obrigações e do outorgado em relação à participação em licitações, conforme modelo sugestivo – **Anexo II**, devendo o representante estar munido de Cédula de Identidade ou documento equivalente com foto, e uma cópia simples do mesmo documento;

d) Cópia do ato constitutivo, estatuto social e suas alterações posteriores ou instrumento consolidado, devidamente registrado na Junta Comercial;



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
“AMAZÔNIA: Patrimônio dos Brasileiros”
Comissão Permanente de Licitação

e) **Declaração de cumprimento dos Requisitos de Habilitação e Inexistência de Fatos Impeditivos - Anexo III**, em separado dos envelopes “Proposta de Preços” e “Documentos de Habilitação”;

f) **Declaração de pleno conhecimento e aceitação do edital e seus anexos - Anexo IV**;

g) **Declaração de Enquadramento** como Microempresas – ME ou Empresas de Pequeno Porte – EPP, conforme modelo sugestivo **Anexo V**, assinada pelo representante legal da empresa.

5.2. Na hipótese dos licitantes não apresentarem, no momento do credenciamento, as declarações previstas nas alíneas “e”, “f” e “g” do subitem 5.1, o Pregoeiro disponibilizará a estes um modelo de declaração que poderá ser preenchido e assinado pelo representante credenciado.

5.3. Caso o proponente não compareça, deverá enviar juntamente com os envelopes “PROPOSTA” e “HABILITAÇÃO”, as declarações previstas nas alíneas “e”, “f” e “g” do subitem 5.1, e o mesmo participará do Pregão com a primeira proposta apresentada quando do início dos trabalhos, renunciando a apresentação de novas propostas e a interposição de recurso.

5.4. **Os documentos para credenciamento deverão ser apresentados fora dos envelopes “PROPOSTA” e “HABILITAÇÃO”.**

5.5. O representante legal da licitante que não se credenciar perante o Pregoeiro ficará impedido de participar da fase de lances verbais, de negociar preços, de declarar a intenção de interpor recurso, enfim, de representar a licitante durante a reunião de abertura dos envelopes “PROPOSTA” e “HABILITAÇÃO” relativos ao Pregão Presencial. Nesse caso, a licitante ficará automaticamente excluída da etapa de lances verbais, sendo mantido o preço apresentado em sua proposta comercial escrita para efeito de ordenação das propostas e apuração do menor preço.

5.6. A ausência de credenciamento não excluirá o licitante do certame, mas importará a preclusão do direito de formular lances na sessão, na renúncia ao direito de interposição de recursos e a prática dos demais atos inerentes ao certame.

5.7. O representante credenciado é o único autorizado a intervir em todas as fases do procedimento licitatório, respondendo, para todos os efeitos, por seu representado.

6. DAS PROPOSTAS DE PREÇOS - ENVELOPE 01

6.1. **ENVELOPE 01:** A Proposta de Preços deverá ser elaborada mediante o preenchimento das seguintes informações: valor unitário e total do item (Preço cotado em moeda corrente nacional de forma unitária com aproximação de no máximo 02 casas decimais em algarismo). O valor total global em algarismo e por extenso, descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência, indicando o modelo, prazo de garantia, número de registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso.

6.2. A licitante deverá descrever, no campo “descrição” disponível no sistema, a descrição similar à contida no **TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I** e no **MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS – ANEXO VI** deste edital. Podendo acrescentar quaisquer informações que julgar necessárias ou convenientes, devendo as especificações/informações serem redigidas em língua portuguesa, sob pena de desclassificação, caso não atenda às exigências acima descritas.

6.3. A Proposta de Preços deverá ser entregue pessoalmente ao Pregoeiro na sessão pública de abertura do certame ou, caso a empresa não envie representante para participar da sessão, na Sala da Comissão Permanente de Licitação - CPL da CAER, até data o horário e endereço citados no preâmbulo deste edital.

6.4. O envelope deverá conter em sua parte externa a seguinte identificação:

<p style="text-align: center;">ENVELOPE 01</p> <p style="text-align: center;">Companhia de Águas e Esgotos de Roraima - CAER A/C: Comissão Permanente de Licitação Pregão Presencial Sob o Sistema de Registro de Preços n.º. 01/2021</p> <p style="text-align: center;">Razão Social da Empresa CNPJ</p> <p style="text-align: center;">PROPOSTA DE PREÇOS</p>

6.5. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.6. Nos preços propostos deverão estar incluídos todos os tributos e encargos sociais inerentes aos serviços objeto desta licitação, os quais ficarão a cargo única e exclusivamente da contratada.

6.7. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.8. O prazo de validade da proposta, deverá ser de, no mínimo, **90 (noventa) dias**, sob pena de desclassificação.

6.9. A Proposta de Preços deverá ser apresentada em 01 (uma) via, assinada pelo representante legal da licitante, ou pessoa legalmente habilitada através de procuração pública ou particular, em envelope lacrado, identificado com o n.º 01, digitada em linguagem clara e objetiva, sem erros, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, entregues no dia e local preestabelecidos no Edital, contendo a identificação da licitante, endereço, telefone, e-mail, número do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica -



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
“AMAZÔNIA: Patrimônio dos Brasileiros”
Comissão Permanente de Licitação

CNPJ, numeradas e rubricadas em todas as folhas pelo representante legal e assinada a última sobre o carimbo com o nome e documento de identificação;

6.10. Deverá ser apresentada dentro do Envelope 01 a **Declaração de elaboração independente de proposta**, conforme modelo sugestivo constante do **Anexo VII**, a qual será assinada pelo representante legal da empresa.

6.11. A não apresentação da proposta nos moldes mínimos citados, ou seja, que não contenha as informações **necessárias e imprescindíveis** para o julgamento justo e correto, em condições de igualdade com as demais licitantes, ou que contenha vícios relevantes, que maculem a essência da oferta, comprovado o prejuízo à Administração e as demais licitantes, ensejará, de plano, a desclassificação da licitante.

6.12. As propostas que atenderem aos requisitos deste edital serão verificadas pelo Pregoeiro quanto a erros aritméticos que, caso seja necessário, serão corrigidas da seguinte forma:

6.12.1. Se for constatada discrepância entre valores grafados em algarismos e por extenso, prevalecerá o valor por extenso, devendo o Pregoeiro proceder às correções necessárias; caso a licitante não concorde com as correções deverá se manifestar, sendo as razões registradas em ata;

6.12.2. Se for constatada discrepância entre o produto da multiplicação do preço unitário pela quantidade correspondente, prevalecerá o preço unitário;

6.12.3. Se for constatado erro de adição, subtração, multiplicação ou divisão, será considerado o resultado corrigido;

6.12.4. Caso a licitante não aceite as correções realizadas, sua proposta comercial será desclassificada.

6.13. A entrega dos envelopes contendo a proposta de preços e a respectiva documentação significará expressa aceitação, pelas licitantes, de todas as disposições contidas neste edital.

6.14. A Administração não se responsabilizará por envelopes que não sejam entregues ao Pregoeiro(a) designado(a), no local, data e horário definidos neste edital.

6.15. A proposta não poderá impor condições ou conter opções.

7. DA ABERTURA DOS ENVELOPES DE PROPOSTAS DE PREÇO E DO JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

7.1. No horário e local indicado no preâmbulo, após os procedimentos descritos no ITEM 5, serão abertos os envelopes nº 01 - **Proposta de Preços**, dos interessados em participar do certame.

7.2. Pregoeiro informará aos participantes presentes quais licitantes apresentaram propostas de preços para o fornecimento objeto da presente licitação e os respectivos valores ofertados.

7.3. O Pregoeiro fará a ordenação dos valores das propostas, em ordem crescente, de todas as licitantes.

7.4. Durante os trabalhos, somente será permitida a manifestação, **ORAL OU ESCRITA**, de pessoa devidamente credenciada pela licitante nos termos do ITEM 5 deste Edital.

7.5. Para efeito de classificação das propostas, o Pregoeiro considerará o **menor preço por lote** constante em cada proposta, sendo desclassificadas as propostas:

a) cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados no edital ou qualquer outra exigência preconizada para a correspondente apresentação;

b) que apresentem preço baseado exclusivamente em proposta das demais licitantes ou vantagem não prevista neste edital.

7.6. Será desclassificada a proposta que, para sua viabilização, necessite de vantagens ou subsídios que não estejam previamente autorizados em lei e à disposição de todos os concorrentes.

7.7. Serão classificadas e proclamadas pelo Pregoeiro, a licitante que apresentar a proposta de **MENOR PREÇO POR LOTE** e as demais cujas propostas estejam com valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento) em relação à de menor preço.

7.8. Caso não haja no mínimo 03 (três) propostas de preços nas condições definidas no subitem anterior, o Pregoeiro classificará e proclamará as melhores propostas subsequentes, até que haja no mínimo 03 (três) licitantes classificadas, quaisquer que sejam os preços ofertados.

7.9. Às licitantes classificadas, será dada oportunidade para nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes.

7.10. A licitante que desistir de apresentar lance verbal, quando convocada pelo Pregoeiro, será considerada como “desistente”, implicando na sua exclusão da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado, para efeito de ordenação das propostas.

7.11. Caso não se realize lances verbais serão verificados a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação.

7.12. Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as propostas, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.

7.13. Se a oferta não for aceitável ou se a licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação da proponente, na ordem de classificação e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora e a ela adjudicado o objeto do certame.

7.14. Caso haja empate nas propostas escritas, ordenadas e classificadas e não se realizem lances verbais, observado o direito de preferências das Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), o desempate se fará por sorteio, em ato público na própria sessão do Pregão.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
“AMAZÔNIA: Patrimônio dos Brasileiros”
Comissão Permanente de Licitação

7.15. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sob pena de sujeição da licitante desistente às sanções constantes dos artigos 86 ao 88 da Lei nº 8.666/93.

7.16. Quando da participação no certame de Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), será considerado empate “ficto” quando sua proposta for igual ou até o limite de 5% (cinco por cento) à proposta mais bem classificada, nos termos da Lei Complementar nº 123/06 e respectivas alterações.

7.17. A Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP) melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora da licitação, situação em que será adjudicado o objeto em seu favor.

7.18. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas Microempresas (ME) ou Empresas de Pequeno Porte (EPP) será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.19. Caso a proposta mais bem classificada não seja apresentada por uma Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP) e se houver proposta apresentada por ME/EPP em até 5% (cinco por cento) superior à melhor proposta proceder-se-á da seguinte forma:

7.19.1. Será oportunizado o Exercício do Direito de Preferência à Microempresa (ME) e Empresa de Pequeno Porte (EPP) melhor classificada, respeitando a faixa dos 5% (cinco por cento), que consiste na possibilidade de ela apresentar proposta de preço inferior à empresa que não se enquadra como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte e que estiver com preço menor;

7.19.2. O novo valor proposto pela Microempresa (ME) e Empresa de Pequeno Porte (EPP) deve ser apresentado após o encerramento da fase de lances, no prazo máximo de 05 (cinco) minutos da convocação do Pregoeiro, sob pena de preclusão.

7.19.3. A convocação dar-se-á na sessão do pregão, sendo apenas a Microempresa (ME) e Empresa de Pequeno Porte (EPP), aptas a exercer o Direito de Preferência, ofertar nova proposta de valor inferior ao preço ofertado pela empresa melhor classificada que não se enquadra como Microempresa (ME) e Empresa de Pequeno Porte (EPP) e que estiver com menor preço;

7.19.4. Havendo o Exercício de Preferência pela Microempresa (ME) e Empresa de Pequeno Porte (EPP), o Pregoeiro passará a etapa de negociação, em conformidade com este edital, observando-se os demais procedimentos subsequentes estabelecidos para cada etapa deste certame;

7.19.5. Caso a Microempresa (ME) e Empresa de Pequeno Porte (EPP), melhor classificada, não exerça o Direito de Preferência ou não atenda às exigências do edital, serão convocadas as Microempresa (ME) e Empresa de Pequeno Porte (EPP) remanescentes, cujas propostas se enquadram no limite de 5% (cinco por cento) estabelecido no subitem 7.19.1, obedecida a ordem de classificação para o Exercício do mesmo Direito, e assim sucessivamente, até a identificação de uma empresa que preencha todos os requisitos do Edital;

7.19.6. Se houver valores iguais apresentados por Microempresa (ME) e Empresa de Pequeno Porte (EPP), dentre as propostas de valor até 5% (cinco por cento) superior à proposta de menor preço ofertada pela empresa não enquadrada como Microempresa (ME) e Empresa de Pequeno Porte (EPP), será realizado sorteio para identificação daquela que terá preferência na apresentação de nova proposta (será colocado em urna o nome das licitantes para sorteio, sendo convocada a participação as licitantes com preços iguais);

7.19.7. Na hipótese de nenhuma Microempresa (ME) e Empresa de Pequeno Porte (EPP) exercer o Direito de Preferência ou não atender às exigências do Edital, a empresa não enquadrada como Microempresa (ME) e Empresa de Pequeno Porte (EPP) que apresentou o menor preço permanece na posição de melhor classificada, iniciando-se com ela a fase de negociação.

7.20. Nos casos em que for utilizado o direito de preferência para as Microempresas (ME) ou Empresas de Pequeno Porte (EPP), conforme especificado no subitem 7.16 e seguintes, esse direito deverá ser usado imediatamente após a fase de lances e antes da fase de negociação com a licitante que se consagra vencedora do item ou dos itens.

7.21. Caso não se realize lances, será verificada a conformidade da proposta inicial de menor preço e o valor estimado para a contratação, hipótese em que o Pregoeiro poderá negociar diretamente com a proponente para que seja obtido preço melhor.

8. DA HABILITAÇÃO - ENVELOPE 02

8.1. O envelope deverá conter em sua parte externa a seguinte identificação:

<p style="text-align: center;">ENVELOPE 02</p> <p style="text-align: center;">Companhia de Águas e Esgotos de Roraima - CAER A/C: Comissão Permanente de Licitação Pregão Presencial Sob o Sistema de Registro de Preços nº. 01/2021</p> <p style="text-align: center;">Razão Social da Empresa CNPJ</p> <p style="text-align: center;">HABILITAÇÃO</p>

8.2. **OS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS À HABILITAÇÃO DEVERÃO** estar em plena vigência, com exceção daqueles que, pela sua natureza, não contenham data de validade e ser **APRESENTADOS EM ORIGINAL OU POR**



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
“AMAZÔNIA: Patrimônio dos Brasileiros”
Comissão Permanente de Licitação

QUALQUER PROCESSO DE CÓPIA, ou publicação em órgãos da imprensa oficial, não sendo aceitos “protocolos” ou “requerimentos” em substituição aos documentos exigidos neste edital, os quais deverão estar ordenados, rubricados, numerados e afixados por colchetes/bailarina ou outro meio de afixação.

8.3. A licitante que possuir o Certificado de Registro Cadastral (CRC) emitido pela Companhia de Águas e Esgotos de Roraima - CAER, através da Comissão Permanente de Licitação - CPL, poderá apresentá-lo em substituição aos documentos enumerados nos artigos 28 a 31, da Lei n. 8.666/93, desde que as certidões nele inseridas estejam em plena validade, como dispõe o artigo 32, § 2º, também da Lei 8.666/93. Caso alguma certidão constante no CRC esteja com prazo de validade expirado, a mesma não poderá ser utilizada, devendo ser apresentada a certidão atualizada no ato da licitação, sob pena de **NÃO HABILITAÇÃO** da licitante.

8.3.1. A licitante que não apresentar o CRC, deverá apresentar todos os documentos de habilitação previstos no presente edital em envelope próprio – ENVELOPE 2.

8.4. DOCUMENTOS RELATIVOS À HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) CPF e cédula de identidade do proprietário, diretores ou sócios;
- b) Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual (**OU cédula de identidade em se tratando de pessoa física não empresária**);
- c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social atualizados e registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedade empresária ou cooperativa;
- d) Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedades empresárias ou cooperativas;
- e) Ato constitutivo atualizado e registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedades não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;

8.4.1. Os documentos relacionados nas alíneas "a" a "e" não precisarão constar no "Envelope 02 - HABILITAÇÃO", se tiverem sido apresentados no credenciamento neste Pregão.

8.5. DOCUMENTOS RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – **CNPJ**;
- b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes, estadual ou municipal, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;
- c) Prova de regularidade fiscal, tributos federais e à Dívida Ativa da União, inclusive contribuições previdenciárias, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria Geral da Fazenda Federal - PGFN, conforme Portaria MF nº 358, de 5 de setembro de 2014;
- d) Comprovante de regularidade para com a **Fazenda Pública Estadual** da sede ou do domicílio da licitante, por meio de certidão emitida pelo órgão estadual competente, com validade na data de abertura da licitação;
- e) Certidão de regularidade com a **Fazenda Pública do Município** da sede ou do domicílio da licitante, por meio de certidão emitida pelo órgão municipal competente, com validade na data de abertura da licitação;
- f) Certificado de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - **FGTS**, emitido pela Caixa Econômica Federal;
- g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa – **CNDT**.

8.6. DOCUMENTOS RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

- a) Atestado (s) de capacidade técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a Licitante dispõe de aptidão para desempenho da atividade pertinente e compatível em características e quantidades com o objeto da licitação, conforme preceitua o art. 30, inciso II, parágrafo 1º. e 3º. do inciso IV da Lei n. 8666/93 e alterações posteriores.

8.7. DOCUMENTOS RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO - FINANCEIRA:

8.7.1. A Qualificação Econômico - Financeira será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos, sob pena de inabilitação:

- a) Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa ou balanço de abertura no caso de empresa recém - constituída, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios (art. 31, Lei 8666/93 c/c art. 176 e § 1º da Lei n. 6404/76);
- b) Certidão negativa de **concordata e falência**, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa Jurídica, consoante inciso II, do art. 31, da Lei nº 8.666/93;
- c) As empresas que permanecerem **INATIVAS** no último exercício social deverão apresentar Balanço de Abertura do presente exercício, juntamente com a Declaração Negativa de Informações de Pessoa Jurídica (DIPJ) e/ou Declaração Simplificada de Pessoa Jurídica Inativa (DSPJ), instituída pela IN nº 127/1998/SRF;
- d) As empresas sujeitas à apresentação de Escrituração Contábil Digital (ECD) nos termos do art. 2º do Decreto Federal nº 6.022/2007, com a utilização do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), deverão apresentar em documentos impressos extraídos do livro digital o Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultado, todos emitidos pelo Programa Validador e Autenticador (PVA) e acompanhados do respectivo recibo de entrega e Termo de Abertura e Encerramento.

8.8. DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES:

- a) **Declaração de que**, em cumprimento ao estabelecido na Lei nº 9.854, de 27/10/1999, publicada no DOU de 28/10/1999, e ao inciso XXXIII, do artigo 7, da Constituição Federal, **não emprega menores** de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno,



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
“AMAZÔNIA: Patrimônio dos Brasileiros”
Comissão Permanente de Licitação

perigoso ou insalubre, **nem emprega menores** de 16 (dezesesseis) anos em trabalho algum, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, conforme modelo **Anexo VIII** do edital;

b) Declaração de que os sócios da proponente não são servidores ou dirigentes da Companhia de Águas e Esgotos de Roraima – CAER, ou responsável pela licitação, conforme disposto no art. 9º, da Lei Federal 8.666/93, conforme modelo **Anexo IX** do edital;

8.9. DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO:

8.9.1. Os documentos necessários à habilitação, bem como quaisquer outros documentos solicitados neste edital, deverão ser apresentados sob uma das seguintes formas:

- a) Originais;
- b) Cópias autenticadas em cartório;
- c) Cópias simples, desde que sejam apresentados os originais para autenticação pela Pregoeira e sua Equipe de Apoio;
- d) Publicação em órgão de imprensa oficial, respeitadas as regras das alíneas anteriores;
- e) Certidões emitidas através da Internet, ficando sua aceitação condicionada à confirmação de autenticidade mediante consulta ao site respectivo ou ao órgão emissor.

8.9.2. Para fins de habilitação, é facultada a Pregoeira a verificação das informações e o fornecimento de documentos que constem de sítios eletrônicos de órgãos e entidades das esferas municipal, estadual e federal, emissores de certidões, devendo tais documentos serem juntados ao processo.

8.9.3. A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos, no momento da verificação. Ocorrendo essa indisponibilidade e não sendo apresentados os documentos alcançados pela verificação, a licitante será inabilitada.

8.9.4. A documentação deverá guardar compatibilidade em relação ao CNPJ apresentado, não sendo permitida a mesclagem de documentos.

8.9.5. Serão declaradas inabilitadas as licitantes que não cumprirem as exigências estabelecidas neste edital para habilitação.

8.9.6. Os documentos apresentados com a validade expirada acarretarão a inabilitação da licitante.

8.9.7. Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a Administração aceitará como válidas as expedidas até 90 (noventa) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.

9. DA ABERTURA DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO E CONCLUSÃO

9.1. Efetuados os procedimentos previstos nos itens 6 e 8 deste Edital e sendo aceitável a proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro anunciará a abertura do envelope nº 2 - “**Documentos de Habilitação**” desta licitante.

9.2. As licitantes que deixarem de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação na presente licitação, ou os apresentarem em desacordo com o estabelecido neste edital, serão **INABILITADAS**.

9.3. Constatado o atendimento pleno às exigências do edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado pelo Pregoeiro o objeto da presente licitação.

9.4. Da sessão de pregão lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final deverá ser assinada pelo Pregoeiro, pela Equipe de Apoio e pelos representantes das licitantes presentes.

9.5. Verificando-se, no curso da análise, o descumprimento de requisitos estabelecidos neste edital e seus anexos, a proposta será desclassificada.

9.6. Em caso de divergência entre informações contidas na documentação impressa e na proposta específica, prevalecerão as da proposta. Em caso de divergência entre informações contidas nos documentos exigidos pelo edital e em outros apresentados, porém não exigidos, prevalecerão às primeiras.

9.7. Os envelopes com os documentos relativos à habilitação das licitantes não declaradas vencedoras permanecerão em poder do Pregoeiro, devidamente lacrados, até que seja formalizada a assinatura do contrato pela licitante vencedora. Após este fato, ficarão por 20 (vinte) dias corridos à disposição das respectivas licitantes interessadas. Findo este prazo, sem que sejam retirados, serão descartados.

9.8. Ocorrendo alteração do valor da proposta escrita, o licitante declarado vencedor deverá apresentar, no prazo máximo de 01 (um) dia útil após encerrada a sessão pública, proposta de preços com os valores readequados, sob pena de desclassificação.

9.9. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

9.10. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

9.11. Quando todas as licitantes forem inabilitadas ou todas as propostas forem desclassificadas, o Pregoeiro poderá fixar as licitantes o prazo de 08 (oito) dias úteis para a apresentação de nova documentação ou de outras propostas escoimadas das causas referidas da desclassificação.

10. DO RECURSO

10.1. Dos atos praticados caberá recurso, nos termos descritos neste edital.

10.2. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar **imediata e motivadamente** a intenção de recorrer, o que deverá ser constado em ata, quando lhe será concedido o prazo de **até 03 (três) dias úteis** para apresentação das razões do recurso, **devendo o recorrente enviá-las ao e-mail:** cpl@caer.com.br ou mediante petição protocolada na Comissão



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
“AMAZÔNIA: Patrimônio dos Brasileiros”
Comissão Permanente de Licitação

Permanente de Licitação - CPL da CAER endereçado ao Pregoeiro, das **08h00min às 12h00min (horário local)**, na Rua Melvin Jones nº 219, Bairro São Pedro – Boa Vista/RR, a qual poderá reconsiderar sua decisão ou quando for conveniente e oportuno, solicitar manifestação da autoridade superior para fundamentar sua decisão.

10.3. A falta de manifestação **imediate** e **motivada** da licitante na própria sessão do Pregão, importará na decadência do direito de recurso contra atos do Pregoeiro ou contra a adjudicação do objeto da licitação ao vencedor.

10.4. Na hipótese do subitem anterior, as demais licitantes ficarão imediatamente intimadas a apresentar contrarrazões, **em igual número de dias, contados a partir do término do prazo da recorrente**, sendo-lhes também assegurada vista imediata dos autos, **devendo as contrarrazões ser enviadas ao e-mail: cpl@caer.com.br** ou mediante petição protocolada na Comissão Permanente de Licitação - CPL da CAER endereçado ao Pregoeiro, das **08h00min às 12h00min (horário local)**, na Rua Melvin Jones nº 219, Bairro São Pedro – Boa Vista/RR

10.5. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.6. Não serão conhecidos os recursos quando não forem apresentadas as razões ou estas forem apresentadas fora dos prazos estabelecidos.

10.7. Os recursos terão efeito suspensivo e seu provimento importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento, exceto quando manifestamente protelatórios ou quando o Pregoeiro reconsiderar sua decisão.

10.8. As decisões de eventuais recursos serão divulgadas mediante publicação no Diário Oficial do Estado de Roraima - DOERR e no site da CAER.

11. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

11.1. O Pregoeiro adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor, quando inexistir recurso ou quando reconsiderar sua decisão, com a posterior homologação do resultado pela autoridade competente.

11.2. Quando a autoridade competente, ao decidir recurso, alterar a decisão do pregoeiro, deverá adjudicar o objeto ao licitante vencedor e homologar o procedimento licitatório.

11.3. Atendidas as exigências deste edital, quando inexistir recurso ou quando reconsiderar sua decisão, o Pregoeiro declarará a licitante vencedora da presente licitação com a posterior homologação do resultado pela autoridade competente.

11.4. Quando a autoridade competente, ao decidir recurso, alterar a decisão do pregoeiro, deverá declarar a licitante vencedora e homologar o resultado do procedimento licitatório, e posteriormente, com assinatura da Ata de Registro de Preços, de acordo com a minuta, **Anexo X**, deste edital.

12. DO REGISTRO DE PREÇOS

12.1. Não há órgãos participantes neste Registro de Preço.

12.2. Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços qualquer integrante da administração pública que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta a Companhia de Águas e Esgotos de Roraima – CAER, cabendo à empresa detentora do preço registrado a aceitação ou não do fornecimento, desde que o quantitativo não exceda os quantitativos estipulados no Decreto Federal nº 9.488/2018, observando o prazo da validade da ata.

12.3. Homologado o resultado do Pregão, o adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

12.4. O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela(s) licitante(s) vencedor(as), durante o seu transcurso, e desde que ocorra motivo justificado aceito pela administração.

12.5. Quando a convocada não assinar a Ata de Registro de Preços, é facultado a CAER convocar as licitantes remanescentes na ordem de classificação, para que assinem em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, nos termos do Art. 4º, inc. XXIII da Lei 10.520/02.

12.6. Publicada na Imprensa Oficial, a Ata de Registro de Preços implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas.

13. DO CONTRATO

13.1. Homologado o procedimento licitatório será firmado o Contrato.

13.2. A empresa terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

13.3. O prazo previsto no item **13.2** poderá se prorrogado, por igual período por solicitação justificada da empresa e aceita pela Administração.

13.4. A licitante vencedora deverá indicar formalmente, quando da assinatura do contrato, representante legal devidamente credenciado para representá-la durante a gestão contratual.

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. A empresa cuja proposta tenha sido homologada pela autoridade competente deverá observar rigorosamente as condições estabelecidas para a entrega do objeto desta licitação, sujeitando-se às **penalidades constantes no art. 7º da Lei nº 10.520/02** e nos **arts. 86 e 87 da Lei 8.666/93 e suas alterações**.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
“AMAZÔNIA: Patrimônio dos Brasileiros”
Comissão Permanente de Licitação

14.2. Caso os licitantes se recusem a retirar a nota de fornecimento, a assinar o contrato ou a entregar os bens objeto desta licitação, aplicar-se-á o previsto no **art. 4º, inciso XVI, da Lei 10.520/02**, devendo os licitantes remanescentes ser convocados na ordem de classificação de suas propostas na etapa de lances.

14.3. O descumprimento pela licitante, de quaisquer das cláusulas e/ou condições estabelecidas neste Edital, ocasionando a inexecução total ou parcial do acordado, ensejará, garantida a prévia defesa, a rescisão do contrato, além de outras previstas na legislação aplicável vigente:

14.3.1. Advertência;

14.3.2. Multas a serem aplicadas com os seguintes percentuais:

14.3.2.1. 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da etapa, serviço ou fornecimento, quando o contratado, sem justa causa, deixar de cumprir a obrigação assumida;

14.3.2.2. 1% (um por cento) ao dia, do trigésimo primeiro ao sexagésimo dia de atraso, sobre o valor da etapa, serviço ou fornecimento, quando o contratado, sem justa causa, deixar de cumprir a obrigação assumida;

14.3.2.3. 20% (vinte por cento) sobre o valor do serviço ou fornecimento não realizado, quando decorridos 60 (sessenta) dias de atraso do fornecimento ou da prestação dos serviços, sem justificativa do contratado aceita pela CAER, resultando o cancelamento do contrato;

14.4. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a CAER, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

14.5. Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso na execução dos serviços advirem de caso de fortuito ou motivo de força maior.

14.6. Antes da aplicação de qualquer das penalidades, a licitante será advertida, devendo apresentar defesa em 05 (cinco) dias úteis.

15. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

15.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

15.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

15.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

15.2. Todos os licitantes remanescentes serão convocados através do endereço eletrônico informado na lista de presença do Pregão supracitado.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. O Pregoeiro (a) exercerá a direção dos trabalhos, podendo determinar a abstenção de qualquer ato que embarace o procedimento, pedir o silêncio e determinar a saída de pessoas (licitantes, representantes ou interessados) em razão de comportamento de forma inadequada e/ou abusiva.

16.2. É facultada ao Pregoeiro (a) a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do Processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da proposta, para fins de classificação e habilitação, nos termos do § 3º do Art. 43, da Lei Federal nº 8.666/93.

16.3. O Pregoeiro (a) poderá relevar erros formais ou simples omissões em quaisquer documentos, desde que sejam irrelevantes e o ato não acarrete violação aos princípios básicos da licitação e convocar os licitantes para quaisquer esclarecimentos porventura necessários ao entendimento de suas propostas.

16.4. Poderão ser convidados para colaborar com a equipe de Pregão, assessorando-a, quando necessário, profissionais de reconhecida competência técnica que não tenham nenhum vínculo direta ou indiretamente a qualquer das licitantes, bem como qualquer outro servidor desta Companhia.

16.5. As normas que disciplinam este Pregão serão interpretados sempre em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Companhia.

16.6. A licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata desclassificação da licitante que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, na rescisão do contrato/nota de empenho ou do pedido de compra, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

16.7. Durante ou após os procedimentos do Pregão Presencial, diante de fundada dúvida acerca da autenticidade de algum documento apresentado, ou com relação ao atendimento das especificações constantes do edital e seus anexos, que exija uma análise mais apurada dos elementos apresentados pelas licitantes poderá haver decisão por parte do Pregoeiro (a), no sentido da conversão do respectivo julgamento em diligência e conseqüente sobrestamento da sessão, até que seja decidida a questão. Após será promovida comunicação, através de e-mail e/ou telefone fornecido pela concorrente, convocando os licitantes para o prosseguimento do certame.

16.8. Os modelos sugestivos de declarações foram inseridos no presente edital com o objetivo de padronizar as informações apresentadas, facilitar os trabalhos de análise e julgamento pela equipe de pregão e procurar evitar que as licitantes sejam



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
“AMAZÔNIA: Patrimônio dos Brasileiros”
Comissão Permanente de Licitação

inabilitadas ou desclassificadas em razão de falhas ou insuficiência nas informações indicadas. Todavia, se forem apresentados em formatação diversa, estes deverão contemplar as informações mínimas necessárias à comprovação das exigências para efeitos de habilitação das licitantes constantes no presente edital.

16.9. Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro observando sempre a legislação vigente.

16.10. Havendo eventuais divergências entre o conteúdo do Termo de Referência e do presente edital, prevalecerão aquelas previstas no edital.

16.11. A Contratada fica obrigada a manter, durante a vigência do respectivo contrato e da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Processo Licitatório.

16.12. O presente edital e seus anexos, bem como a proposta de preços da empresa adjudicatária, farão parte integrante do Contrato a ser firmado.

16.13. Fica assegurada à autoridade superior o direito de no interesse da administração, anular ou revogar, a qualquer tempo, no todo ou em parte, o processo licitatório, dando ciência aos participantes, na forma da legislação vigente.

16.14. Após apresentação da proposta não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

16.15. Os pedidos de vista e de cópia facultados às partes e a seus representantes legais serão atendidos por solicitação via ofício encaminhado a Comissão Permanente de Licitação - CPL.

17. DOS ANEXOS

17.1. ANEXO I - Termo de Referência;

17.2. ANEXO II - Minuta da Procuração (Credenciamento);

17.3. ANEXO III - Modelo de Declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação e inexistência de fatos impeditivos;

17.4. ANEXO IV - Modelo de Declaração de pleno conhecimento e aceitação dos termos do edital e seus anexos;

17.5. ANEXO V - Modelo de Declaração de enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;

17.6. ANEXO VI - Modelo de Proposta Comercial;

17.7. ANEXO VII - Modelo de Declaração de Elaboração Independente de Proposta;

17.8. ANEXO VIII - Modelo de Declaração de que não emprega menores;

17.9. ANEXO IX - Modelo de Declaração de que os sócios da proponente não são servidores ou dirigentes da Companhia de Águas e Esgotos de Roraima - CAER;

17.10. ANEXO X - Minuta da Ata de Registro de Preços;

17.11. ANEXO XI - Minuta de Contrato.

18. DO FORO

18.1. O Foro para dirimir os possíveis litígios que decorrerem do presente procedimento licitatório será o da Comarca de Boa Vista - Roraima.

Boa Vista/RR, 17 de março de 2021

Paloma Ketly Carvalho Silva
Pregoeira



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
“AMAZÔNIA: Patrimônio dos Brasileiros”
Comissão Permanente de Licitação

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 01/2021

ANEXO I DO EDITAL
TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objetivo a eventual compra de grupo gerador e quadro elétrico para atender as elevatórias de esgoto do Caxangá e do Beiral, da Capital Boa Vista – RR.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. Tendo em vista atender de maneira satisfatória as demandas necessárias para as estações elevatórias, bem como melhorar os serviços executados por essa Gerência de esgotos no sentido de agilidade no atendimento, se faz necessário a eventual aquisição de grupo geradores e quadros de comando para a execução dos serviços nas elevatórias de esgoto do Caxangá e do Beiral, da capital Boa Vista – RR;

2.2. Quanto ao tratamento diferenciado a microempresas (MEs) e empresas de pequeno porte (EPPs), indica-se a não aplicação das cotas principais e reservada, fundamentado no artigo 49, III da Lei 123/2006, por não ser vantajoso para empresa uma vez que visa ter a maior competitividade possível, disponibilizando uma licitação de ampla concorrência entre as empresas. De todo modo, trata-se de dispositivo de aplicação opcional por parte dos gestores, se entenderem conveniente. A própria situação econômica em que a companhia se encontra com redução dos recursos orçamentários disponíveis e, visando uma maior eficiência, justificam a incompatibilidade com a aplicação dos benefícios diferenciados às MEs e EPPs.

3. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

3.1. DESCRIÇÃO DOS ITENS

3.1.1. LOTE I

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDA	VALOR MÉDIO UNITÁRIO (R\$)	VALOR MÉDIO TOTAL (R\$)
	ESTAÇÃO ELEVATÓRIA CAXANGÁ			
1	Contendo os seguintes itens: • GRUPO GERADOR 1. Gerador cabinado a diesel com autonomia de no mínimo 4 Horas, 500KVA, 440 volts; 2. Painel elétrico QTA- quadro de transferência automático para monitorar a rede concessionária/gerador 500KVA 440 volts e transferência automática na falta de energia e Proteções. 3. O equipamento será instalado ao tempo, com carenagem acústica, 85 dB (decibéis) LE02.	1		
2	• Painel elétrico para duas bombas submersa de 230 c.v. em 440 volts Características do painel: Projeto elétrico em DWG Partida eletrônica inversor de frequência 0-60HZ Tensão de controle 220 volts Tensão de potência 440 volts IHM externa em porta de painel Duas saídas digitais, ligado e defeito Multimedidor de grandezas elétrica, tensão, corrente, frequência, Modbus e saída a relé. Botão de emergência, local e remoto, liga desliga local, teste de lâmpadas sinalização de ligado, desligado defeito. Fusíveis ultrarrápido. Chave seccionadora por bomba Disjuntor geral Ventilação Desumificador Anéis de içamento. Detalhamento • PAINEL ELÉTRICO CCA- CENTRO DE CONTROLE DE AUTOMAÇÃO Características do painel: Controlador de lógicas programáveis 16 Entradas Digitais 12 Saídas digitais 4 Saídas analógicas IHM em porta de painel Controle de nível analógico Revezamento entre bombas, vez bomba 1 vez bomba 2 Leitura do medidor de grandezas em CLP para monitoramento e controle. Obs: O valor está incluído o fornecimento de todas as peças e o serviço de montagem dos painéis	1		
VALOR TOTAL				656.391,28



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
“AMAZÔNIA: Patrimônio dos Brasileiros”
Comissão Permanente de Licitação

3.1.2. LOTE II

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDA	VALOR MÉDIO UNITÁRIO (R\$)	VALOR MÉDIO TOTAL (R\$)
	ESTAÇÃO ELEVATÓRIA PARQUE RIO BRANCO			
1	Contendo os seguintes itens: <ul style="list-style-type: none">• GRUPO GERADOR 1.Gerador cabinado a diesel com autonomia de no mínimo 4 Horas, 150KVA, 440 volts; 2.Painel elétrico QTA- quadro de transferência automático, com as seguintes características: Painel elétrico para monitorar a rede concessionária/gerador 150KVA 440 volts e transferência automática na falta de energia e Proteções; 3.O equipamento será instalado ao tempo, com carenagem acústica, 85 dB (decibéis) LE03.	1		
2	<ul style="list-style-type: none">• Painel elétrico para duas bombas submersa de 40 c.v. em 440 volts, contendo as seguintes características: Projeto elétrico em DWG Partida eletrônica inversor de frequência 0-60HZ Tensão de controle 220 volts Tensão de potência 440 volts IHM externa em porta de painel Duas saídas digitais, ligado e defeito Multimedidor de grandezas elétrica, tensão, corrente, frequência, Modbus e saída a relé. Botão de emergência, local e remoto, liga desliga local, teste de lâmpadas sinalização de ligado, desligado e defeito. Fusíveis ultrarrápido. Chave seccionadora por bomba Disjuntor geral Ventilação Desumidificador Anéis de içamento.• PAINEL ELÉTRICO CCA- CENTRO DE CONTROLE DE AUTOMAÇÃO Controlador de logicas programáveis 16 Entradas Digitais 12 Saídas digitais 4 Saídas analógicas IHM em porta de painel Controle de nível analógico Revezamento entre bombas, vez bomba 1 vez bomba 2 Leitura do medidor de grandezas em CLP para monitoramento e controle. Obs: O valor está incluído o fornecimento de todas as peças e o serviço de montagem dos painéis	1		
VALOR TOTAL				383.706,22

3.2. Os painéis eletrônicos acima mencionados deverão ser montados contendo os componentes descritos na Tabela (anexo I) anexada ao presente Termo de Referência;

3.3. A discriminação detalhada do serviço com o fornecimento dos materiais e equipamentos estão dispostos no anexo I do presente Termo de Referência;

4. DO VALOR ESTIMADO

4.1. O valor estimado para esta eventual aquisição de grupo gerador e quadro elétrico é de **R\$ 1.040.097,50 (um milhão, quarenta mil, noventa e sete reais e cinquenta centavos)**, conforme cotação realizada pela Divisão de Compras – DCOMP;

4.2. Os valores aqui registrados serão fixos e irrevogáveis durante toda a validade do Instrumento Contratual, exceto na hipótese devidamente comprovada, de ocorrência de situação prevista na alínea “d”, do inciso II, do Art. 65 da Lei nº 8.666/93, ou em caso de redução dos preços praticados no mercado.

5. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas decorrentes da eventual aquisição do equipamento constante deste Termo de Referência, correrão por conta dos recursos próprios da CAER, consignados no orçamento da Companhia para o exercício de 2020.

5.1.1. Programa: **20501.17512493.243.001**

5.1.2. Natureza da despesa: **811/001**

5.2. Em exercícios futuros, as despesas com a eventual aquisição do objeto deste Termo de Referência, correrão por conta de dotações orçamentárias próprias para atendimento de despesas da mesma natureza.

6. DA MODALIDADE, CRITÉRIO DE JULGAMENTO E SELEÇÃO DAS PROPOSTAS



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
“AMAZÔNIA: Patrimônio dos Brasileiros”
Comissão Permanente de Licitação

6.1. Quanto a modalidade licitatória está será definida pelo ordenador de despesa da companhia, no entanto sugere-se a aplicação do **Pregão Presencial, sob o Sistema de Registro de Preço (SRP)**, tendo em vista ser a modalidade mais utilizada neste tipo de contratação atualmente pela administração pública e atender as necessidades do presente Termo de Referência;

6.2. Para a presente licitação, sugerimos que seja adotado o critério de julgamento de “**MENOR PREÇO POR LOTE**”, considerando o conjunto completo, qual seja (fornecimento das peças, montagem dos quadros, fornecimento do grupo gerador e instalação completa) conforme cotação de preços realizadas pela Divisão de Compras – DCOMP/CAER;

6.2.1. Os licitantes deverão apresentar preço total do item contendo todos os serviços para os fornecimentos dos objetos elencados no item **3** deste Termo de Referência, respeitando os locais e períodos de execução dos itens **3, 7 e 10** do presente Termo de Referência.

6.3. As empresas licitantes deverão apresentar, no ato do certame licitatório, o seguinte:

6.3.1. **Atestado (s) de capacidade técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a Licitante dispõe de aptidão para desempenho da atividade pertinente e compatível em características e quantidades com o objeto da licitação, conforme preceitua o art. 30, inciso II, parágrafo 1º. e 3º. do inciso IV da Lei n. 8666/93 e alterações posteriores.**

7. DA VIGÊNCIA

7.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, a contar da sua publicação no diário oficial;

7.2. O prazo de vigência do Instrumento Contratual a ser celebrado entre as partes, para execução do fornecimento aqui proposto, será de **12 (doze) meses**, a contar da assinatura do contrato;

7.3. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis, exceto na hipótese, devidamente comprovada, de ocorrência de situação prevista na alínea “d”, do inciso II, do Art. 65 da Lei nº 8.666/93, ou em caso de redução dos preços praticados no mercado.

8. ALTERAÇÃO CONTRATUAL

8.1. O contrato poderá ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei n.º 8.666/93, desde que haja interesse da Contratante e as justificativas adequadas à situação.

9. RESCISÃO CONTRATUAL

9.1. A rescisão do contrato ocorrerá motivadamente e com fundamento nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93, e se dará com observância nos artigos 79 e 80 da mesma norma;

9.1.1. No caso de rescisão provocada por inadimplemento da Contratada, a Contratante poderá reter, cautelarmente, os créditos decorrentes do contrato até o valor dos prejuízos causados, já calculados ou estimados;

9.2. No procedimento de rescisão contratual, será assegurado o contraditório e a ampla defesa à Contratada, que após formalmente intimada, terá o prazo decadencial de 03 (três) dias úteis para manifestação.

10. DO PRAZO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO E LOCAL DE ENTREGA

10.1. O equipamento deverá ser entregue, no **prazo máximo de 30 (trinta) dias**, a contar data do recebimento da **AFOS – Autorização de Fornecimento, Obras e Serviços**;

10.2. Em caso fortuito ou força maior por parte da CONTRATADA, que venham a impossibilitar a entrega do equipamento dentro do prazo previsto, deverá solicitar, em tempo hábil, uma prorrogação do referido prazo;

10.2.1. Essa solicitação deverá ocorrer dentro do prazo inicial, e com tempo suficiente para que esta Companhia, por intermédio dos seus setores competentes, possa analisar o caso e emitir o parecer pertinente, sob pena de aplicação das penalidades previstas no item **14** do presente Termo de Referência;

10.2.2. Caso o pedido de prorrogação de prazo para a entrega do equipamento seja feito intempestivamente, ou sem a devida justificativa e comprovação, será indeferido. Inclusive, se o der entrada nesta Companhia após o encerramento do prazo inicial.

10.3. O equipamento será recebido da seguinte forma:

10.3.1. Provisoriamente, no ato da entrega, para efeito de posterior verificação da conformidade do equipamento com as especificações constantes da proposta da empresa, marca modelo e especificações técnicas;

10.3.2. Definitivamente, após a verificação da qualidade, da quantidade do equipamento e sua consequente aceitação;

10.4. Caberá a DCA rejeitar totalmente ou parcialmente o equipamento, caso sejam identificados problemas e/ou discrepâncias em relação às especificações técnicas exigidas, a vencedora deverá substituir o equipamento em até 3 dias corridos, após a notificação;

10.5. O equipamento deverá estar acondicionado adequadamente, de forma a permitir a completa segurança durante o transporte;

10.6. O equipamento deverá ser entregue no Almoxarifado da Companhia de Águas e Esgotos de Roraima – CAER, no horário das 07h30min às 13:00 h, sito à Rua Melvin Jones nº 219, bairro São Pedro, na cidade de Boa Vista-RR, Telefone (95) 2121-2263;

10.7. São de inteira responsabilidade da CONTRATADA, todos os custos e trabalhos inerentes ao transporte e desembarque – logística em geral, envolvendo a entrega do equipamento, até que seja descarregado no Almoxarifado desta Companhia e tenha seu devido recebimento efetivado;



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
“AMAZÔNIA: Patrimônio dos Brasileiros”
Comissão Permanente de Licitação

11. GARANTIA DO PRODUTO

11.1. O produto de aquisição descrito deverá ser novo, de primeiro uso, devendo ter no mínimo 12 (doze) meses de validade contra defeitos e, isento de qualquer defeito de fabricação, avarias, ou qualquer outro aspecto que demonstre comprometer sua durabilidade, resistência e empregabilidade, atender as normas e certificados para manter o modelo padrão definido nacionalmente;

11.2. Ficando a firma vencedora adjudicatária, independentemente de ser ou não o fabricante, responsável por efetuar no prazo de 3 (três) dias, a substituição do produto que apresente defeitos de fábrica ou divergência com a especificação fornecida, sem ônus para CAER, a partir do recebimento da notificação;

11.3. O fornecedor deverá informar na proposta o prazo do material cotado, a garantia apresentada pelo fabricante contra defeitos de fabricação e desempenho durante o uso.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1. Fornecer os materiais conforme estabelecido nos itens 3, 10 e 11 do presente Termo de Referência, o qual deverá atender ao padrão de qualidade mínima;

12.2. Respeitar as normas e procedimentos de controle de acesso às dependências da CAER;

12.3. Responder por qualquer dano causado diretamente aos bens de propriedade da CAER, quando esse tenha sido ocasionado por seus funcionários durante a entrega do material constante do presente Termo de Referência;

12.4. Comunicar ao Fiscal do Contrato, qualquer anormalidade referente ao fornecimento do material, prestando os esclarecimentos julgados necessários com a maior brevidade e clareza possível, sempre por escrito e através de documentação própria para esse fim;

12.5. Descarregar o material no Almoxarifado da CAER, de forma a facilitar o recebimento e a conferência dos mesmos;

12.6. Substituir os itens, que venham apresentar algum defeito quando da entrega, em até 03 (três) dias corridos, a partir do recebimento da notificação aqueles materiais que forem considerados não coniventes com o modelo e marca ofertado na proposta, de acordo com o subitem 11.2.;

12.7. Os custos da substituição do material rejeitado correrão, exclusivamente, por conta da Contratada;

12.8. A CONTRATADA deve abrir um canal de comunicação como e-mail e/ou telefone celular que possa receber ligações e mensagens de texto para manter o contato entre as partes;

12.9. A CONTRATADA deve no prazo de 03 (três) dias úteis, responder a demanda da CAER;

12.10. A CONTRATADA deve indicar um preposto para atender a CAER; e

12.11. Apresentar, sempre que solicitado, documentos que comprovem a procedência dos materiais.

13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

13.1. Permitir o acesso dos funcionários da Empresa vencedora às dependências da CAER, para a entrega do material;

13.2. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos funcionários da Empresa vencedora;

13.3. Comunicar à Empresa vencedora sobre qualquer irregularidade quanto ao fornecimento do material;

13.4. Através da Gerência dos Sistemas de Esgoto – GSE/CAER, receber o material constante da Nota Fiscal e AFOS, devendo na oportunidade confirmar o recebimento junto ao Fornecedor;

13.5. O CERTIFICADO/ATESTADO, constante no verso da respectiva Nota Fiscal, será assinado pelo Chefe da Gerência dos Sistemas de Esgoto – GSE/CAER. Ocasão em que estará afirmando que, o material está de acordo com o licitado, contratado e requisitado junto à empresa vencedora;

13.6. Efetuar o pagamento a(o) Contratada(o) de acordo com o item 15 do presente Termo de Referência; e

13.7. Solicitar substituição do item que venha apresentar algum defeito dentro do prazo de garantia.

13.8. Solicitar as substituições dos materiais que apresentem defeito de fabricação, não estando os mesmos de acordo com as especificações contidas no Termo de Referência;

13.9. Atestar a (s) Nota(s) Fiscal (is) correspondente (s) (sempre por intermédio do empregado designado para este fim).

14. DAS PENALIDADES

14.1. O descumprimento total ou parcial, de qualquer das obrigações estabelecidas neste Termo de Referência, sujeitará às sanções previstas nos artigos 86, 87 e 88 da Lei nº 8.666/93, garantida prévia e ampla defesa em processo.

14.2. A CONTRATADA ficará sujeita, em caso de atraso **injustificado na execução do contrato**, sem prejuízo da rescisão unilateral e de outras sanções previstas na **Lei 8.666/93**, às sanções administrativas previstas nas seguintes hipóteses:

14.2.1. Advertência por escrito;

14.2.2. 5% (cinco por cento) sobre o valor da AFOS, por atraso na execução do objeto contratual quando superior a 10 dias, contados a partir do término do prazo estabelecido no item 10.1 do presente Termo de Referência;

14.2.3. 15 % (quinze por cento), sobre o valor contratado, em caso de recusa da CONTRATADA em assinar o Contrato, dentro de 05 (cinco dias) úteis, contados data de sua convocação;

14.2.4. 5% (cinco por cento) sobre o valor do empenho, por atraso na execução do objeto contratual quando superior a 15 dias;

14.2.5. 15% (quinze por cento) sobre o valor do empenho do Contrato não realizado, no caso de:

a) Atraso superior a 30 (trinta) dias, no cumprimento das obrigações pactuadas no contrato;



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
“AMAZÔNIA: Patrimônio dos Brasileiros”
Comissão Permanente de Licitação

b) Desistência do contrato;

c) 15% (quinze por cento) sobre o valor do empenho, caso a CONTRATADA venha a dar causa à rescisão contratual, sem prejuízo das ações cíveis ou criminais aplicáveis à espécie.

14.3. A penalidade estabelecida nas alíneas “c”, do subitem 14.2.5., poderá ser suspensa em face de casos fortuitos, ou de força maior, desde que devidamente justificado e comprovado;

14.4. A suspensão temporária do direito de participar de licitações e contratar com a CONTRATANTE por um período não superior a 02 (dois) anos;

14.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a CAER enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido prazo da sanção aplicada com base no item anterior;

14.6. As sanções previstas, no subitem 14.2, poderão ser aplicadas em conjunto com as demais sanções, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo no prazo de 05 (cinco) dias úteis;

14.7. Os valores das multas referidas nesta Cláusula serão descontados de qualquer fatura ou crédito da CONTRATADA em favor do CONTRATANTE; e

14.8. As penalidades estabelecidas neste item poderão ser suspensas em face de casos fortuitos, ou de força maior, desde que devidamente justificadas e comprovadas.

15. FORMA DE PAGAMENTO

15.1. O pagamento será efetuado mediante apresentação da Nota Fiscal, com atesto da mesma na fiscalização da SEFAZ (Secretaria da Fazenda), quando for aplicável ao caso e, acompanhada das seguintes certidões abaixo relacionadas:

a) Nota Fiscal e/ou Fatura dos Documentos do(s) produto(s) entregue(s), acompanhadas das respectivas Notas de Fornecimento;

b) Prova de Regularidade com o FGTS (CRF – Certidão de Regularidade de Situação, expedido pela Caixa Econômica Federal) dentro de seu período de validade;

c) Prova de Regularidade com as Fazendas Municipal e Estadual, relativa à sede ou domicílio do proponente, dentro de seu período de validade;

d) Prova de Regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011), em validade.

e) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal através de Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, conforme Decreto Federal nº 5.512 de 15/08/2005, admitindo-se que seja emitida via Internet, no original, em validade;

f) Certidões Negativas de Falência e Recuperação Judicial (conforme Lei nº 11.101/05), expedida pela Central de Certidões do Tribunal de Justiça ou órgão equivalente do domicílio ou da sede do proponente, em validade;

g) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União (www.portaldatranparencia.gov.br/ceis);

h) Cadastro Nacional de Condenação Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

15.1.1. Lista de Inidôneos, mantida pelo tribunal de Contas da União – TCU;

15.1.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário;

15.1.3. As certidões emitidas e entregues deverão estar válidas na data da nota fiscal apresentada;

16. DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

16.1. A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que se fizerem nos itens do equipamento contratado em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, de acordo com o Art. 65, Inciso II, §1º da Lei 8.666/93.

17. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

17.1. A gestão da Contratação ficará a cargo do **Gerente da Gerência dos Sistemas de Esgoto – GSE/CAER**, que no uso de suas atribuições designará para proceder ao acompanhamento e fiscalização da execução de servidor do setor, qual será designado pelo Gerente, na forma do Art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93, os quais serão devidamente designados por portarias.

17.2. Quando as decisões e as providências ultrapassarem a sua alçada de competência deverá o Fiscal da Contratação, solicitar aos seus Chefes imediatos, em tempo hábil, a adoção das medidas necessárias.

17.3. O gestor do contrato será, que na forma do Artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/93, competir:

a) Anotar, em registro próprio, as ocorrências relativas à execução do contrato, determinando as providências necessárias;

b) Quando as decisões e as providências ultrapassarem a sua alçada de competência, deverá solicitar aos seus superiores hierárquicos, em tempo hábil, a adoção das medidas necessárias, sobretudo os que possam acarretar a imposição de sanções ou/à rescisão contratual.

17.4. A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização da CAER, não eximirá a CONTRATADA de total responsabilidade



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
“AMAZÔNIA: Patrimônio dos Brasileiros”
Comissão Permanente de Licitação

na execução do contrato.

18. PUBLICAÇÃO

18.1. A CAER providenciará a publicação do contrato, por extrato, no Diário Oficial do Estado – DOE, nos termos do Art. 61, parágrafo único, da Lei nº 8666/93, bem como em jornal de grande circulação e no portal de transparência.

19. FORO

19.1. Fica eleito o foro de Boa Vista - Roraima, para dirimir quaisquer demandas judiciais relativas ao cumprimento do instrumento contratual.

20. DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1. O presente Termo de Referência fará parte integrante do Processo Licitatório, em qualquer modalidade eleita, independentemente de transcrição de prazo;

20.2. É facultada à CPL/CAER e/ou à autoridade superior competente, em qualquer fase do processo licitatório, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do Processo;

20.3. Os materiais descritos neste Termo de Referência, será solicitado mediante AFOS – Autorização de Fornecimento, Obras e Serviços, conforme as necessidades desta Companhia;

20.4. A troca dos materiais em questão deverá ser realizada, caso apresente qualquer sinal que esteja em desacordo com o estabelecido nos itens 3, 11 e 12 do presente Termo de Referência, dentro do prazo de garantia.

21. RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA:

21.1. Este Termo de Referência foi elaborado pelo signatário, no uso das suas atribuições legais e profissionais, estando em consonância com as disposições legais e normativas aplicáveis, sendo objeto de exame e no caso de concordância, ser aprovado pela Diretoria Administrativa e Financeira integrado ao Processo Administrativo. Os casos omissos ou dúvidas que surgirem, quanto ao fornecimento do produto, serão resolvidos pela Gerência dos Sistemas de Esgoto – GSE/CAER, pela Diretoria de Engenharia e Gestão Ambiental – CAER.

21.2. O presente Termo de Referência foi revisado e adequado pelo setor Coordenação de Termos de Referência e Projetos Básicos – CTRPB.

Anexo I: Componentes para os painéis elétricos de 150 e 500 KV.

Boa Vista-RR, 28 de janeiro de 2021.

Revisado por:

JOSEIMA LIMA DA SILVA
Coordenador de Termos de Referência e Projetos Básicos - Substituta
CTRPB/CAER
Portaria: 021/2021

CONCORDO:

.....
ROMULO MONTEIRO CABRAL
Gerente dos Sistemas de Esgotos
GSE/CAER

APROVO: Fundamentado no art. 8º, inciso II do Decreto 3.555/00.

.....
ELIZANGELA SOUSA RODRIGUES
Diretor de Engenharia e Gestão Ambiental



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"AMAZÔNIA: Patrimônio dos Brasileiros"
Comissão Permanente de Licitação

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 01/2021
ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA

COMPONENTES PARA MONTAGEM DOS PAINES NECESSARIOS AO GRUPO GERADOR DE 500KV _a			
ITEM	QTDE.	UNID.	DESCRIÇÃO
1	2	PÇ	M20IGR-Y-1C PULSADOR ILUMINADO 22MM METÁLICO - AMARELO 220V - 1NA+1NF
2	2	PÇ	M20IGR-BL-1C PULSADOR ILUMINADO 22MM METÁLICO - AZUL 220V - 1NA+1NF
3	2	PÇ	M20IGR-G-1C PULSADOR ILUMINADO 22MM METÁLICO - VERDE 220V - 1NA+1NF
4	2	PÇ	M20IGR-R-1C PULSADOR ILUMINADO 22MM METÁLICO - VERMELHO 220V - 1NA+1NF
5	2	PÇ	M20AXR-R-1B BOTÃO EMERGÊNCIA 22MM METALICO C/ COGUMELO 30MM - VERMELHO - 1NF
6	2	PÇ	M20SLR4-B-2A CHAVE SELETORA METÁLICO KNOB LONGO - 3 POS. FIXAS 45G - 2NA
7	8	PÇ	DPS2-20-3 DISPOSITIVO PROTEÇÃO SURTO TRIPOLAR 415VCA 20/45KA TIPO2
8	2	PÇ	TRANSFORMADOR DE COMANDO, 440/220V, 500VA, SIEMENS.
9	2	PÇ	TRANSFORMADOR DE COMANDO, 440/220V, 75VA, SIEMENS.
10	2	PÇ	N3-2C06 MINI DISJUNTOR 3KA 2 PÓLOS CURVA C 6A
11	2	PÇ	N3-3C04 MINI DISJUNTOR 3KA 3 PÓLOS CURVA C 4A
12	2	PÇ	N3-1C06 MINI DISJUNTOR 3KA 1 PÓLO CURVA C 6A
13	2	PÇ	MICRO INTERRUPTOR FIM DE CURSO, REF. MG 2601, MARGIRIUS .
14	6	PÇ	FV-180 PROTETOR PLÁSTICO PARA VENTILADOR 180MM CINZA CLARO C/ FILTRO
15	2	PÇ	TRS-R TERMOSTATO BIMETÁLICO 0-60°C - CONTATO 1NA (RESFRIAMENTO) - MONTAGEM DIN
16	2	PÇ	L20-R2-Y SINALEIRO LED 22MM - 220VCA AMARELO IP65
17	2	PÇ	L20-R2-GP SINALEIRO LED 22MM - 220VCA VERDE IP65
18	2	PÇ	L20-R2-R SINALEIRO LED 22MM - 220VCA VERMELHO IP65
19	2	PÇ	18065C2HBL VENTILADOR 180X180X65MM 220VCA - ROLAMENTO
20	2	PÇ	LAMPADA COMPACTA 15W 220V
21	75	PÇ	BORNES SAK2 ,5 , REF. 8WA1 011-1DF11 , SIEMENS.
22	8	PÇ	POSTE , REF. 8WA1 808 , SIEMENS.
23	10	PÇ	CONTATOR AUXILIAR, 220V, COM 3NA+1NF, REF. 3RH11 31-1AN10, SIEMENS.
24	2	PÇ	CONTATOR AUXILIAR, 220V, COM 2NA+2NF, REF. 3RH11 22-1AN10,SIEMENS.
25	1	PÇ	MEDIDOR DE GRANDEZAS ELETRICA, PM5000 SCHNEIDER
26	1	PÇ	DCM800S3-800A DISJUNTOR CAIXA MOLDADA TRIPOLAR 100KA - 800A METALTEX
27	6	PÇ	FUSIVEL ULTRA RAPIDO , 350A, REF. 3NE1 331-0, SIEMENS.
28	2	PÇ	INVERSOR DE FREQUÊNCIA, 230CV 440 VOLTS DANFOSS.
29	4	PÇ	KIT PARA MONTAGEM DE DISPLAY REMOTO EM PORTA.
30	2	PÇ	CHAVE SECCIONADORA DE FUSIVEIS 3NP1 3NP1153-1DA20 SIEMENS
31	3	PÇ	TRANSFORMADOR DE CORRENTE 800-5A, REF. 4NC5231-2FE21, SIEMENS.
32	3	PÇ	PAINEL ELÉTRICO TIPO AUTO-SUPORTANTE EM CHAPA DE AÇO, DIMENSÕES (2100X800X600)MM, RODAPÉ DE 100MM, ANÉIS DE IÇAMENTO E CHASSI DE MONTAGEM NA COR LARANJA, PINTURA ELETROSTÁTICA A PÓ.
33	10	PÇ	BORNE RELE COM BASE 24VCC SIEMENS LZS RT4A4L24
34	10	PÇ	BORNE SECCIONADOR DE FUSIVEL 8WA1 011-1SF12 SIEMENS
35	10	PÇ	FUSIVEL DE VIDRO 5X20MM 4A
36	1	PÇ	TRANSMISSOR DE NIVEL HIDROSTATICO 10 A 30VCC 4 A 20 MA10MCA
37	3	PÇ	CANAleta PVC 50X50MM HD4PF HELLERMANN
38	1	PÇ	CABO DE COBRE FLEXIVEL 1MM ² VERMELHO
39	1	PÇ	CABO DE COBRE FLEXIVEL 1MM ² CINZA
40	1	PÇ	CABO DE COBRE FLEXIVEL 1MM ² PRETO
41	500	PÇ	TERMINAL TUBULAR PARA CABO DE 1MM ² TI 1-8 INTELI
42	500	PÇ	TERMINAL TUBULAR DUPLO PARA CABO DE 2,5MM ² TID 1,5-8 INTELI
43	500	PÇ	TERMINAL TUBULAR DUPLO PARA CABO DE 1,0MM ² TID 1-8 INTELI
44	40	PÇ	BORNE SAK TERRA 2,5MM ² REF. 8WA1 011-1PF00 SIEMENS
45	40	PÇ	IDENTIFICADOR DE BORNE 1-68 TIPO 8WA8 9681NI SIEMENS
46	40	PÇ	IDENTIFICADOR DE BORNE TIPO 8WA8 968-1S3 SIEMENS
47	1	PÇ	CLP 12 ED 6 SD 2 EA
48	1	PÇ	PAINEL HMI FRONTAL
49	300	M	CABO DE COBRE 70,00MM ² 06/1KV 90°
50	70	PÇ	TERMINAL DE COMPRESSÃO 70,00MM ²
51	1	MO	MONTAGEM



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"AMAZÔNIA: Patrimônio dos Brasileiros"
Comissão Permanente de Licitação

COMPONENTES PARA MONTAGEM DOS PAINES NECESSARIOS AO GRUPO GERADOR DE 150KV _a			
ITEM	QTDE.	UNID.	DESCRIÇÃO
1	2	PÇ	M20IGR-Y-1C PULSADOR ILUMINADO 22MM METÁLICO - AMARELO 220V - 1NA+1NF
2	2	PÇ	M20IGR-BL-1C PULSADOR ILUMINADO 22MM METÁLICO - AZUL 220V - 1NA+1NF
3	2	PÇ	M20IGR-G-1C PULSADOR ILUMINADO 22MM METÁLICO - VERDE 220V - 1NA+1NF
4	2	PÇ	M20IGR-R-1C PULSADOR ILUMINADO 22MM METÁLICO - VERMELHO 220V - 1NA+1NF
5	2	PÇ	M20AXR-R-1B BOTÃO EMERGÊNCIA 22MM METÁLICO C/ COGUMELO 30MM - VERMELHO - 1NF
6	2	PÇ	M20SLR4-B-2A CHAVE SELETORA METÁLICO KNOB LONGO - 3 POS. FIXAS 45G - 2NA
7	8	PÇ	DPS2-20-3 DISPOSITIVO PROTEÇÃO SURTO TRIPOLAR 415VCA 20/45KA TIPO2
8	2	PÇ	TRANSFORMADOR DE COMANDO, 440/220V, 500VA, SIEMENS.
9	2	PÇ	TRANSFORMADOR DE COMANDO, 440/220V, 75VA, SIEMENS.
10	2	PÇ	N3-2C06 MINI DISJUNTOR 3KA 2 PÓLOS CURVA C 6A
11	2	PÇ	N3-3C04 MINI DISJUNTOR 3KA 3 PÓLOS CURVA C 4A
12	2	PÇ	N3-1C06 MINI DISJUNTOR 3KA 1 PÓLO CURVA C 6A
13	2	PÇ	MICRO INTERRUPTOR FIM DE CURSO, REF. MG 2601, MARGIRIUS .
14	6	PÇ	FV-180 PROTETOR PLÁSTICO PARA VENTILADOR 180MM CINZA CLARO C/ FILTRO
15	2	PÇ	TRS-R TERMOSTATO BIMETÁLICO 0-60°C - CONTATO 1NA (RESFRIAMENTO) - MONTAGEM DIN
16	2	PÇ	L20-R2-Y SINALEIRO LED 22MM - 220VCA AMARELO IP65
17	2	PÇ	L20-R2-GP SINALEIRO LED 22MM - 220VCA VERDE IP65
18	2	PÇ	L20-R2-R SINALEIRO LED 22MM - 220VCA VERMELHO IP65
19	2	PÇ	18065C2HBL VENTILADOR 180X180X65MM 220VCA - ROLAMENTO
20	2	PÇ	LAMPADA COMPACTA 15W 220V
21	75	PÇ	BORNES SAK2 ,5 , REF. 8WA1 011-1DF11 , SIEMENS.
22	8	PÇ	POSTE , REF. 8WA1 808 , SIEMENS.
23	10	PÇ	CONTATOR AUXILIAR, 220V, COM 3NA+1NF, REF. 3RH11 31-1AN10, SIEMENS.
24	2	PÇ	CONTATOR AUXILIAR, 220V, COM 2NA+2NF, REF. 3RH11 22-1AN10,SIEMENS.
25	1	PÇ	MEDIDOR DE GRANDEZAS ELETRICA, PM5000 SCHNEIDER
26	1	PÇ	DCM250S3-200A DISJUNTOR CAIXA MOLDADA TRIPOLAR 100KA - 200A METALTEX
27	6	PÇ	FUSIVEL ULTRA RAPIDO , 350A, REF. 3NE1 331-0, SIEMENS.
28	2	PÇ	INVERSOR DE FREQUÊNCIA, 40CV 440 VOLTS DANFOSS.
29	4	PÇ	KIT PARA MONTAGEM DE DISPLAY REMOTO EM PORTA.
30	2	PÇ	CHAVE SECCIONADORA DE FUSIVEIS 3NP1 3NP1153-1DA20 SIEMENS
31	3	PÇ	TRANSFORMADOR DE CORRENTE 800-5A, REF. 4NC5231-2FE21, SIEMENS.
32	3	PÇ	PAINEL ELÉTRICO TIPO AUTO-SUPORTANTE EM CHAPA DE AÇO, DIMENSÕES (2100X600X600)MM, RODAPÉ DE 100MM, ANÉIS DE IÇAMENTO E CHASSI DE MONTAGEM NA COR LARANJA, PINTURA ELETROSTÁTICA A PÓ.
33	10	PÇ	BORNE RELE COM BASE 24VCC SIEMENS LZS RT4A4L24
34	10	PÇ	BORNE SECCIONADOR DE FUSIVEL 8WA1 011-1SF12 SIEMENS
35	10	PÇ	FUSIVEL DE VIDRO 5X20MM 4A
36	1	PÇ	TRANSMISSOR DE NIVEL HIDROSTATICO 10 A 30VCC 4 A 20 MA10MCA
37	3	PÇ	CANAleta PVC 50X50MM HD4PF HELLERMANN
38	1	PÇ	CABO DE COBRE FLEXIVEL 1MM ² VERMELHO
39	1	PÇ	CABO DE COBRE FLEXIVEL 1MM ² CINZA
40	1	PÇ	CABO DE COBRE FLEXIVEL 1MM ² PRETO
41	500	PÇ	TERMINAL TUBULAR PARA CABO DE 1MM ² TI 1-8 INTELI
42	500	PÇ	TERMINAL TUBULAR DUPLO PARA CABO DE 2,5MM ² TID 1,5-8 INTELI
43	500	PÇ	TERMINAL TUBULAR DUPLO PARA CABO DE 1,0MM ² TID 1-8 INTELI
44	40	PÇ	BORNE SAK TERRA 2,5MM ² REF. 8WA1 011-1PF00 SIEMENS
45	40	PÇ	IDENTIFICADOR DE BORNE 1-68 TIPO 8WA8 9681N1 SIEMENS
46	40	PÇ	IDENTIFICADOR DE BORNE TIPO 8WA8 968-1S3 SIEMENS
47	1	PÇ	CLP 12 ED 6 SD 2 EA
48	1	PÇ	PAINEL HMI FRONTAL
49	300	M	CABO DE COBRE 25,00MM ² 06/1KV 90°
50	70	PÇ	TERMINAL DE COMPRESSÃO 25,00MM ²
51	1	MO	MONTAGEM



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
“AMAZÔNIA: Patrimônio dos Brasileiros”
Comissão Permanente de Licitação

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 01/2021

ANEXO II DO EDITAL
MINUTA DA PROCURAÇÃO (CREDENCIAMENTO)

(APRESENTAR PREFERENCIALMENTE EM PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)

MODELO SUGESTIVO

Através da presente, CREDENCIAMOS o (a) Sr (a) _____, portador (a) da Cédula de Identidade nº _____ e CPF sob o nº _____, a participar da Licitação instaurada pela Companhia de Águas e Esgotos de Roraima, na modalidade **Pregão Presencial SRP Nº 01/2021**, supra-referenciada, na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA _____, CNPJ sob o nº _____, outorgando-lhe poderes para participar das reuniões relativas ao processo licitatório acima referenciado, o qual está autorizado a requerer vistas de documentos e propostas, manifestar-se em nome da empresa, desistir e interpor recursos, assinar propostas comerciais, rubricar documentos, assinar atas e praticar todos os atos necessários ao procedimento licitatório, a que tudo daremos por firme e valioso.

Local e Data

Assinatura Identificável
(nome do representante da empresa)
Razão Social
CNPJ



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
“AMAZÔNIA: Patrimônio dos Brasileiros”
Comissão Permanente de Licitação

PREGÃO PRESENCIAL SRP N° 01/2021

ANEXO III DO EDITAL

**DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE
HABILITAÇÃO E INEXISTENCIA DE FATOS IMPEDITIVOS**

(APRESENTAR PREFERENCIALMENTE EM PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)

MODELO SUGESTIVO

O(s) abaixo assinado(s), na qualidade de responsável (is) legal (is) pela Empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede na rua/avenida _____, nº. _____, Bairro _____, na cidade de _____, DECLARA, **sob as penas da lei**, principalmente a disposta no art. 7º da Lei nº 10.520/06, que satisfaz plenamente todas as exigências habilitatórias previstas no certame epigrafado, em obediência ao disposto no art. 4º, VII da Lei nº 10.520/06, bem como inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no processo licitatório relativo ao **Pregão Presencial SRP nº 01/2021** da Companhia de Águas e Esgotos de Roraima - CAER, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Local e Data

Assinatura Identificável
(nome do representante da empresa)
Razão Social
CNPJ

Observação: esta declaração deverá ser apresentada ao pregoeiro na fase de credenciamento, fora de qualquer envelope.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
“AMAZÔNIA: Patrimônio dos Brasileiros”
Comissão Permanente de Licitação

PREGÃO PRESENCIAL SRP N° 01/2021

ANEXO IV DO EDITAL

DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO E ACEITAÇÃO DOS TERMOS DO EDITAL E SEUS ANEXOS

(APRESENTAR PREFERENCIALMENTE EM PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)

MODELO SUGESTIVO

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede na rua/avenida _____, nº _____, Bairro _____, na cidade de _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr. (a) _____, portador da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, declara para os devidos fins, que tem total conhecimento do edital e seus anexos, bem como, todas as informações e condições necessárias para o cumprimento das obrigações objeto deste **Pregão Presencial SRP N° 01/2021** e que está de pleno acordo com o mesmo.

E por ser verdade, assina a presente declaração sob as penas da lei.

Local e Data

Assinatura Identificável
(nome do representante da empresa)
Razão Social
CNPJ

Observação: esta declaração deverá ser apresentada ao pregoeiro na fase de credenciamento, fora de qualquer envelope.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"AMAZÔNIA: Patrimônio dos Brasileiros"
Comissão Permanente de Licitação

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 01/2021

ANEXO V DO EDITAL

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

(APRESENTAR PREFERENCIALMENTE EM PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)

MODELO SUGESTIVO

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal, _____ CPF nº _____ Carteira de Identidade nº _____, declara, para fins de participação no **Pregão Presencial SRP Nº 01/2021**, que está enquadrada como:

- MICROEMPRESA, conforme inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/06;
 EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme inciso II do artigo 3º da Lei Complementar 123/06.

Declara que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da LC nº 123/06 e **PRETENDE** **NÃO PRETENDE** utilizar dos benefícios e tratamento jurídico diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/06.

Local e Data

Assinatura Identificável
(nome do representante da empresa)
Razão Social
CNPJ

Observação: esta declaração deverá ser apresentada ao pregoeiro na fase de credenciamento, fora de qualquer envelope.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"AMAZÔNIA: Patrimônio dos Brasileiros"
Comissão Permanente de Licitação

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 01/2021

ANEXO VI DO EDITAL

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

(APRESENTAR PREFERENCIALMENTE EM PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)

MODELO SUGESTIVO

Objeto: O presente Termo de Referência tem por objetivo a eventual compra de grupo gerador e quadro elétrico para atender as elevatórias de esgoto do Caxangá e do Beiral, da Capital Boa Vista – RR.

Razão Social:				
CNPJ:				
Endereço:	Nº	Bairro:	Cidade:	CEP:
Telefone:	Fax:		E-mail:	
Banco:	Agência:			Conta Bancária:

LOTE I - ESTAÇÃO ELEVATÓRIA CAXANGÁ

ITEM	DESCRIMINAÇÃO	QTD	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	Contendo os seguintes itens: • GRUPO GERADOR 1.Gerador cabinado a diesel com autonomia de no mínimo 4 Horas, 150KVA , 440 volts; 2. Painel elétrico QTA- quadro de transferência automático, com as seguintes características: Painel elétrico para monitorar a rede concessionaria/gerador 150KVA 440 volts e transferência automática na falta de energia e Proteções; 3.O equipamento será instalado ao tempo, com carenagem acústica, 85 dB (decibéis) LE03.	1		
2	• Painel elétrico para duas bombas submersa de 40 c.v. em 440 volts, contendo as seguintes características: Projeto elétrico em DWG Partida eletrônica inversor de frequência 0-60HZ Tensão de controle 220 volts Tensão de potência 440 volts IHM externa em porta de painel Duas saídas digitais, ligado e defeito Multimedidor de grandezas elétrica, tensão, corrente, frequência, Modbus e saída a relé. Botão de emergência, local e remoto, liga desliga local, teste de lâmpadas sinalização de ligado, desligado e defeito. Fusíveis ultrarrápido. Chave seccionadora por bomba Disjuntor geral Ventilação Desumidificador Anéis de içamento. • PAINEL ELÉTRICO CCA- CENTRO DE CONTROLE DE AUTOMAÇÃO Controlador de logicas programáveis 16 Entradas Digitais 12 Saídas digitais 4 Saídas analógicas IHM em porta de painel Controle de nível analógico Revezamento entre bombas, vez bomba 1 vez bomba 2 Leitura do medidor de grandezas em CLP para monitoramento e controle. Obs: O valor está incluído o fornecimento de todas as peças e o serviço de montagem dos painéis	1		
VALOR TOTAL DO LOTE I R\$: (POR EXTENSO)				



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
“AMAZÔNIA: Patrimônio dos Brasileiros”
Comissão Permanente de Licitação

LOTE II - ESTAÇÃO ELEVATÓRIA PARQUE RIO BRANCO

ITEM	DESCRIMINAÇÃO	QTD	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	Contendo os seguintes itens: • GRUPO GERADOR 1.Gerador cabinado a diesel com autonomia de no mínimo 4 Horas, 150KVA , 440 volts; 2. Painel elétrico QTA- quadro de transferência automático, com as seguintes características: Painel elétrico para monitorar a rede concessionaria/gerador 150KVA 440 volts e transferência automática na falta de energia e Proteções; 3.O equipamento será instalado ao tempo, com carenagem acústica, 85 dB (decibéis) LE03.	1		
2	• Painel elétrico para duas bombas submersa de 40 c.v. em 440 volts, contendo as seguintes características: Projeto elétrico em DWG Partida eletrônica inversor de frequência 0-60HZ Tensão de controle 220 volts Tensão de potência 440 volts IHM externa em porta de painel Duas saídas digitais, ligado e defeito Multimedidor de grandezas elétrica, tensão, corrente, frequência, Modbus e saída a relé. Botão de emergência, local e remoto, liga desliga local, teste de lâmpadas sinalização de ligado, desligado e defeito. Fusíveis ultrarrápido. Chave seccionadora por bomba Disjuntor geral Ventilação Desumidificador Anéis de içamento. • PAINEL ELÉTRICO CCA- CENTRO DE CONTROLE DE AUTOMAÇÃO Controlador de logicas programáveis 16 Entradas Digitais 12 Saídas digitais 4 Saídas analógicas IHM em porta de painel Controle de nível analógico Revezamento entre bombas, vez bomba 1 vez bomba 2 Leitura do medidor de grandezas em CLP para monitoramento e controle. Obs: O valor está incluído o fornecimento de todas as peças e o serviço de montagem dos painéis	1		
VALOR TOTAL DO LOTE II R\$: (POR EXTENSO)				

Declaro que, nos preços propostos, encontra-se incluídos todos os tributos, encargos sociais, frete até o destino e quaisquer outros ônus que, porventura, possam recair sobre o fornecimento do objeto da presente licitação e que está de acordo com todas as normas deste edital e seus anexos.

Obs.: Ressaltamos que o quadro acima, trata-se meramente de um modelo sugestivo, ficando por tanto, a critério do licitante utilizá-lo ou não, na construção da sua proposta; contanto que **contenham todas as informações necessárias**, exigidas no Anexo I - Termo de Referência, deste edital.

Local e Data

Assinatura Identificável
(nome do representante da empresa)
Razão Social
CNPJ



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
“AMAZÔNIA: Patrimônio dos Brasileiros”
Comissão Permanente de Licitação

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 01/2021

ANEXO VII DO EDITAL

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

(APRESENTAR PREFERENCIALMENTE EM PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)

MODELO SUGESTIVO

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede na rua/avenida _____, nº _____, Bairro _____, na cidade de _____, por seu representante devidamente constituído, conforme abaixo assinado, DECLARA, sob as penas da lei, em especial o artigo nº 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- a) A proposta apresentada para participar da licitação acima mencionada foi elaborada de maneira independente por esta licitante, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da licitação acima mencionada, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- b) A intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da licitação acima mencionada não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da licitação acima mencionada, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- c) Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da licitação acima mencionada quanto a participar ou não da referida licitação;
- d) Que o conteúdo da proposta apresentada para participar da licitação acima mencionada não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da licitação acima mencionada antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
- e) Que o conteúdo da proposta apresentada para participar da licitação acima mencionada não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante da CAERR antes da abertura oficial das propostas;
- e
- f) Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

Local e Data

Assinatura Identificável
(nome do representante da empresa)
Razão Social
CNPJ



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
“AMAZÔNIA: Patrimônio dos Brasileiros”
Comissão Permanente de Licitação

PREGÃO PRESENCIAL SRP N° 01/2021
ANEXO VIII DO EDITAL
DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENORES

(APRESENTAR PREFERENCIALMENTE EM PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)

MODELO SUGESTIVO

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede na rua/avenida _____, nº. _____, Bairro _____, na cidade de _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(ª) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, declara, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Local e Data

Assinatura Identificável
(nome do representante da empresa)
Razão Social
CNPJ



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
“AMAZÔNIA: Patrimônio dos Brasileiros”
Comissão Permanente de Licitação

PREGÃO PRESENCIAL SRP N° 01/2021

ANEXO IX DO EDITAL

DECLARAÇÃO QUE OS SÓCIOS NÃO FAZEM PARTE DO QUADRO DA CAER

(APRESENTAR PREFERENCIALMENTE EM PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)

MODELO SUGESTIVO

Declaro **sob as penas da Lei** que a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede na rua/avenida _____, nº. _____, Bairro _____, na cidade de _____, na qualidade de proponente do procedimento licitatório supracitado, não possui em seu quadro societário, servidores ou dirigentes da Companhia de Águas e Esgotos de Roraima – CAER, ou responsável pela licitação, conforme disposto no art. 9º, da lei Federal 8.666/93.

Local e Data

Assinatura Identificável
(nome do representante da empresa)
Razão Social
CNPJ



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"AMAZÔNIA: Patrimônio dos Brasileiros"
Comissão Permanente de Licitação

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 01/2021

ANEXO X DO EDITAL

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º **/2021
PREGÃO PRESENCIAL SOB O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 01/2021
(Processo Administrativo n.º 2942020)

Validade: ___ / ___ / ___ a ___ / ___ / ___

A COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DE RORAIMA - CAER, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 05.939.467/0001-15, localizada na Rua Melvin Jones, nº 219 - São Pedro – Boa Vista/RR, CEP: 69.306-610 neste ato representada pelo Senhor Presidente, **JAMES DA SILVA SERRADOR**, inscrito no CPF nº 376.027.482-04, portador da Carteira de Identidade nº 89.261 SSP/RR, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão, na forma presencial, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 01/2021**, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na **Lei nº. 10.520**, de 17 de julho de 2002, do **Decreto 4.794-E**, de 03 de junho de 2002, **Decreto Estadual 29.467-E**, de 13 de outubro de 2020, **Decreto nº. 9.488**, de 30 de agosto de 2018 e, subsidiariamente pela **Lei Federal nº 8.666**, de 21 de junho de 1993, e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objetivo a eventual compra de grupo gerador e quadro elétrico para atender as elevatórias de esgoto do Caxangá e do Beiral, da Capital Boa Vista – RR.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS, DOS QUANTITATIVOS E DO FORNECEDOR REGISTRADO

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

LOTE I - ESTAÇÃO ELEVATÓRIA CAXANGÁ

Razão Social:		CNPJ n.º:		
Endereço:	Nº	Bairro:	Cidade:	CEP:
Telefone:			E-mail:	
Banco:		Agência:		Conta Bancária:
ITEM	DESCRIMINAÇÃO	QTD	VALOR UNITÁRIO (RS)	
1	Contendo os seguintes itens: • GRUPO GERADOR 1. Gerador cabinado a diesel com autonomia de no mínimo 4 Horas, 500KVA , 440 volts; 2. Painel elétrico QTA- quadro de transferência automático para monitorar a rede concessionária/gerador 500KVA 440 volts e transferência automática na falta de energia e Proteções. 3. O equipamento será instalado ao tempo, com carenagem acústica, 85 dB (decibéis) LE02	1		
2	• Painel elétrico para duas bombas submersa de 230 c.v. em 440 volts Características do painel: Projeto elétrico em DWG Partida eletrônica inversor de frequência 0-60HZ Tensão de controle 220 volts Tensão de potência 440 volts IHM externa em porta de painel Duas saídas digitais, ligado e defeito Multimedidor de grandezas elétrica, tensão, corrente, frequência, Modbus e saída a relé. Botão de emergência, local e remoto, liga desliga local, teste de lâmpadas sinalização de ligado, desligado defeito. Fusíveis ultrarrápido. Chave seccionadora por bomba Disjuntor geral Ventilação Desumidificador Anéis de içamento. Detalhamento	1		



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"AMAZÔNIA: Patrimônio dos Brasileiros"
Comissão Permanente de Licitação

	<ul style="list-style-type: none">PAINEL ELÉTRICO CCA- CENTRO DE CONTROLE DE AUTOMAÇÃO <p>Características do painel: Controlador de logicas programáveis 16 Entradas Digitais 12 Saídas digitais 4 Saídas analógicas IHM em porta de painel Controle de nível analógico Revezamento entre bombas, vez bomba 1 vez bomba 2 Leitura do medidor de grandezas em CLP para monitoramento e controle. Obs: O valor está incluído o fornecimento de todas as peças e o serviço de montagem dos painéis</p>		
VALOR TOTAL DO LOTE I RS:..... (POR EXTENSO)			

LOTE II - ESTAÇÃO ELEVATÓRIA PARQUE RIO BRANCO

Razão Social:		CNPJ n.º:		
Endereço:	Nº	Bairro:	Cidade:	CEP:
Telefone:		E-mail:		
Banco:		Agência:	Conta Bancária:	
ITEM	DESCRIMINAÇÃO	QTD	VALOR UNITÁRIO (RS)	
1	Contendo os seguintes itens: <ul style="list-style-type: none">GRUPO GERADOR <p>1.Gerador cabinado a diesel com autonomia de no mínimo 4 Horas, 150KVA, 440 volts; 2.Painel elétrico QTA- quadro de transferência automático, com as seguintes características: Painel elétrico para monitorar a rede concessionaria/gerador 150KVA 440 volts e transferência automática na falta de energia e Proteções; 3.O equipamento será instalado ao tempo, com carenagem acústica, 85 dB (decibéis) LE03.</p>	1		
2	<ul style="list-style-type: none">Painel elétrico para duas bombas submersa de 40 c.v. em 440 volts, contendo as seguintes características: Projeto elétrico em DWG Partida eletrônica inversor de frequência 0-60HZ Tensão de controle 220 volts Tensão de potência 440 volts IHM externa em porta de painel Duas saídas digitais, ligado e defeito Multimedidor de grandezas elétrica, tensão, corrente, frequência, Modbus e saída a relé. Botão de emergência, local e remoto, liga desliga local, teste de lâmpadas sinalização de ligado, desligado e defeito. Fusíveis ultrarrápido. Chave seccionadora por bomba Disjuntor geral Ventilação Desumidificador Anéis de içamento. <ul style="list-style-type: none">PAINEL ELÉTRICO CCA- CENTRO DE CONTROLE DE AUTOMAÇÃO <p>Controlador de logicas programáveis 16 Entradas Digitais 12 Saídas digitais 4 Saídas analógicas IHM em porta de painel Controle de nível analógico Revezamento entre bombas, vez bomba 1 vez bomba 2 Leitura do medidor de grandezas em CLP para monitoramento e controle. Obs: O valor está incluído o fornecimento de todas as peças e o serviço de montagem dos painéis</p>	1		
VALOR TOTAL DO LOTE II RS:..... (POR EXTENSO)				



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
“AMAZÔNIA: Patrimônio dos Brasileiros”
Comissão Permanente de Licitação

CLÁUSULA TERCEIRA - DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666, de 1993 e no Decreto nº 7.892, de 2013.

3.1.1. A manifestação do órgão gerenciador de que trata o subitem anterior, salvo para adesões feitas por órgãos ou entidades de outras esferas federativas, fica condicionada à realização de estudo, pelos órgãos e pelas entidades que não participaram do registro de preços, que demonstre o ganho de eficiência, a viabilidade e a economicidade para a administração pública federal da utilização da ata de registro de preços, conforme estabelecido em ato do Secretário de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

3.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

3.3. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50 (cinquenta) por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

3.4. As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

3.4.1. Tratando-se de item exclusivo para microempresas e empresas de pequeno porte e cooperativas enquadradas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, o órgão gerenciador somente autorizará a adesão caso o valor da contratação pretendida pelo aderente, somado aos valores das contratações já previstas para o órgão gerenciador e participantes ou já destinadas à aderentes anteriores, não ultrapasse o limite de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) (Acórdão TCU nº 2957/2011 – P).

3.5. Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

3.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

3.6.1. Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

CLÁUSULA QUARTA - DA VALIDADE DA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Esta Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir de sua assinatura.

4.2. O prazo de validade desta Ata de Registro de Preços não será superior a doze meses, incluídas eventuais prorrogações, conforme art. 15, § 3º, inciso III, da Lei nº 8.666, de 21/06/1993.

4.3. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições.

4.4. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela Ata de Registro de Preços, inclusive o acréscimo de que trata o art. 65, § 1º, da Lei nº 8.666, de 21/06/1993.

4.5. O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de validade desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA QUINTA - DA ASSINATURA DA ATA E DA CONTRATAÇÃO COM FORNECEDORES REGISTRADOS

5.1. Homologado o resultado da licitação, o fornecedor mais bem classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no instrumento convocatório, podendo o prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo fornecedor e desde que ocorra motivo justificado aceito pela administração.

5.2. É facultado à administração, quando o convocado não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes do cadastro reserva.

5.3. Na hipótese de inexistir cadastro reserva, é facultado à administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de sua classificação.

5.4. A Ata de Registro de Preços implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, após cumpridos os requisitos de publicidade.

5.4.1. A publicação da síntese da ARP, devidamente assinada, é condição para a contratação.

5.4.2. A recusa injustificada de fornecedor classificado em assinar a Ata de Registro de Preços, dentro do prazo estabelecido nesta cláusula, ensejará a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas, inclusive em relação aos fornecedores que compõem o cadastro reserva.

CLÁUSULA SEXTA - DA REVISÃO E CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
“AMAZÔNIA: Patrimônio dos Brasileiros”
Comissão Permanente de Licitação

- 6.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).
- 6.2. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.
- 6.3. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.
- 6.4. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.
- 6.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:
- 6.5.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
- 6.5.2. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.
- 6.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
- 6.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:
- 6.7.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços;
- 6.7.2. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- 6.7.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
- 6.7.4. Sofrer sanção prevista nos **incisos III ou IV, do caput do art. 87, da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.**
- 6.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 6.7.1, 6.7.2 e 6.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 6.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:
- 6.9.1. Por razão de interesse público; ou
- 6.9.2. A pedido do fornecedor.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO

8.1. As partes elegem o foro da comarca de Boa Vista para dirimir dúvidas ou litígios eventualmente emergentes em decorrência desta ata.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata de Registro de Preços foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Local e Data

Órgão Gerenciador:

JAMES DA SILVA SERRADOR
Presidente da CAER

Pelo Fornecedor:

REPRESENTANTE LEGAL DO FORNECEDOR REGISTRADO
RG nº
CPF nº



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
“AMAZÔNIA: Patrimônio dos Brasileiros”
Comissão Permanente de Licitação

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 01/2021

ANEXO XI DO EDITAL
MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº XXX/2021

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DE RORAIMA - CAER, E A EMPRESA _____, NA QUALIDADE DE CONTRATANTE E CONTRATADA, RESPECTIVAMENTE, PARA O FIM EXPRESSO NAS CLÁUSULAS QUE O INTEGRAM.

A **COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DE RORAIMA - CAER**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Melvin Jones, nº 219 – São Pedro, na cidade de Boa Vista/Roraima, inscrita no CNPJ sob o nº 05.939.467/0001-15, neste ato representado pelo Presidente **JAMES DA SILVA SERRADOR**, RG nº 89.261 SSP/RR, CPF nº 376.027.482-04, em conjunto com o **Diretor(a) Administrativo e Financeiro - DAF, o(a) Sr(a) _____**, RG nº _____, CPF nº _____, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede na Rua _____, na cidade de _____, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo(a) Sr(a), _____, RG nº _____, CPF nº _____, em decorrência do **PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 01/2021** e observados os preceitos da **Lei Federal nº 10.520**, de 17 de julho de 2002, pelo **Decreto Estadual nº 4.794-E** de 03 de junho de 2002, **Decreto Estadual nº 17.391-E**, de 7 de agosto de 2014, **Decreto Estadual nº 29.467-E**, de 13 de outubro de 2020, com aplicação subsidiária da **Lei Federal nº 8.666** de 21 de junho de 1993, **Decreto Federal nº 9.488**, de 30 de agosto de 2018, e suas alterações, **Lei Complementar 123** de 14 de dezembro de 2006, **Lei complementar 147** de 7 de agosto de 2014, e **Lei nº 8.078/90** (Código de Defesa do Consumidor), resolvem firmar o presente **CONTRATO**, cuja celebração foi autorizada nos autos do **Processo Administrativo nº 294/2020**, pelos termos da proposta vencedora e atendida às cláusulas e condições que se enunciam a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente instrumento tem por objeto a eventual compra de grupo gerador e quadro elétrico para atender as elevatórias de esgoto do Caxangá e do Beiral, da Capital Boa Vista – RR, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Discriminação do objeto:

LOTE I - ESTAÇÃO ELEVATÓRIA CAXANGÁ

ITEM	DESCRIMINAÇÃO	UND	QTD
1	Contendo os seguintes itens: • GRUPO GERADOR 1. Gerador cabinado a diesel com autonomia de no mínimo 4 Horas, 500KVA , 440 volts; 2. Painel elétrico QTA- quadro de transferência automático para monitorar a rede concessionária/gerador 500KVA 440 volts e transferência automática na falta de energia e Proteções. 3. O equipamento será instalado ao tempo, com carenagem acústica, 85 dB (decibéis) LE02	und	1
2	• Painel elétrico para duas bombas submersa de 230 c.v. em 440 volts Características do painel: Projeto elétrico em DWG Partida eletrônica inversor de frequência 0-60HZ Tensão de controle 220 volts Tensão de potência 440 volts IHM externa em porta de painel Duas saídas digitais, ligado e defeito Multimedidor de grandezas elétrica, tensão, corrente, frequência, Modbus e saída a relé. Botão de emergência, local e remoto, liga desliga local, teste de lâmpadas sinalização de ligado, desligado defeito.	und	1



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"AMAZÔNIA: Patrimônio dos Brasileiros"
Comissão Permanente de Licitação

	<p>Fusíveis ultrarrápido. Chave seccionadora por bomba Disjuntor geral Ventilação Desumidificador Anéis de içamento. Detalhamento</p> <p>• PAINEL ELÉTRICO CCA- CENTRO DE CONTROLE DE AUTOMAÇÃO Características do painel: Controlador de logicas programáveis 16 Entradas Digitais 12 Saídas digitais 4 Saídas analógicas IHM em porta de painel Controle de nível analógico Revezamento entre bombas, vez bomba 1 vez bomba 2 Leitura do medidor de grandezas em CLP para monitoramento e controle. Obs: O valor está incluído o fornecimento de todas as peças e o serviço de montagem dos painéis</p>		
--	--	--	--

LOTE II - ESTAÇÃO ELEVATÓRIA PARQUE RIO BRANCO

ITEM	DESCRIMINAÇÃO	UND	QTD
1	<p>Contendo os seguintes itens:</p> <p>• GRUPO GERADOR 1.Gerador cabinado a diesel com autonomia de no mínimo 4 Horas, 150KVA, 440 volts; 2.Painel elétrico QTA- quadro de transferência automático, com as seguintes características: Painel elétrico para monitorar a rede concessionaria/gerador 150KVA 440 volts e transferência automática na falta de energia e Proteções; 3.O equipamento será instalado ao tempo, com carenagem acústica, 85 dB (decibéis) LE03.</p>	und	1
2	<p>• Painel elétrico para duas bombas submersa de 40 c.v. em 440 volts, contendo as seguintes características: Projeto elétrico em DWG Partida eletrônica inversor de frequência 0-60HZ Tensão de controle 220 volts Tensão de potência 440 volts IHM externa em porta de painel Duas saídas digitais, ligado e defeito Multimedidor de grandezas elétrica, tensão, corrente, frequência, Modbus e saída a relé. Botão de emergência, local e remoto, liga desliga local, teste de lâmpadas sinalização de ligado, desligado e defeito. Fusíveis ultrarrápido. Chave seccionadora por bomba Disjuntor geral Ventilação Desumidificador Anéis de içamento.</p> <p>• PAINEL ELÉTRICO CCA- CENTRO DE CONTROLE DE AUTOMAÇÃO Controlador de logicas programáveis 16 Entradas Digitais 12 Saídas digitais 4 Saídas analógicas IHM em porta de painel Controle de nível analógico Revezamento entre bombas, vez bomba 1 vez bomba 2 Leitura do medidor de grandezas em CLP para monitoramento e controle. Obs: O valor está incluído o fornecimento de todas as peças e o serviço de montagem dos painéis</p>	und	1

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste contrato será contado a partir da data de sua assinatura, com início na data de/...../..... e encerramento em/...../.....

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR

3.1. O valor total da contratação é de R\$ _____.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
“AMAZÔNIA: Patrimônio dos Brasileiros”
Comissão Permanente de Licitação

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes da contratação de empresa especializada no desenvolvimento de ferramenta que possibilite a exibição e o pagamento de faturas em aberto, por meio de cartões de débito e/ou de crédito, deste Projeto Básico, correrão a conta dos recursos próprios da CAER, consignados no Orçamento da Companhia para o exercício de 2021;

4.1.1. Programa: **20501.17512493.243.001**

4.1.2. Natureza da despesa: **811/001**

4.2. Em exercícios futuros, as despesas com os serviços deste termo, correrão a conta de dotações orçamentárias próprias para atendimento de despesas da mesma natureza.

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo I do Edital.

CLÁUSULA SEXTA - DA GARANTIA

6.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência, anexo I do Edital.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. O material deverá ser entregue no prazo e no local previsto no Termo de Referência, anexo I do Edital.

CLÁUSULA OITAVA - DA FISCALIZAÇÃO

8.1. A fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo I do Edital.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. As obrigações da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo I do Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1. As obrigações da CONTRATANTE são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo I do Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES

11.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo I do Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO

12.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

12.1.1. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

12.1.2. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

12.2.1. balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.2.2. relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos; indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"AMAZÔNIA: Patrimônio dos Brasileiros"
Comissão Permanente de Licitação

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

16.1. Fica eleito o foro de Boa Vista – Roraima, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do instrumento contratual.

E por estarem certas e contratadas, assinam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma na presença de 02 (duas) testemunhas.

Boa Vista/RR, _____ de _____ de 2021

Assinam:

PELA CONTRATANTE:

JAMES DA SILVA SERRADOR
Presidente

ELIZANGELA SOUSA RODRIGUES
Diretor de Engenharia e Gestão Ambiental - DEA/CAER

PELA CONTRATADA:

REPRESENTANTE DA EMPRESA CONTRATADA
RG nº _____
CPF nº _____

TESTEMUNHAS:

1. _____ CPF nº: _____

2. _____ CPF nº: _____